

## EDITORIAL

O Curso de Economia da FAE Centro Universitário apresenta o periódico eletrônico mensal *Vitrine da Conjuntura* referente a junho de 2018. A publicação atual contém as seções permanentes do Panorama Econômico e Indicadores e quatro textos abordando assuntos relativos à economia do país.

O primeiro artigo descreve o comportamento do produto interno bruto (PIB) brasileiro, no primeiro trimestre de 2018, enquanto o segundo traz um breve balanço dos dois anos de governo Temer.

A terceira contribuição analisa a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, de interromper a marcha de redução dos juros básicos da nação, no encontro realizado no mês de maio.

Já a quarta reflexão avalia, com detalhes, as origens e os efeitos da greve dos caminhoneiros que paralisou parcela relevante dos negócios no país, no final de maio de 2018.

Ótima leitura.

Paz e Bem.

Gilmar Mendes Lourenço

Editor.

## O MODESTO DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA

*Gilmar Mendes Lourenço*

Estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que o produto interno bruto (PIB) do país cresceu somente 0,4% no primeiro trimestre de 2018, em comparação com os últimos três meses de 2017, representando a quinta expansão trimestral seguida depois de oito reduções, puxada pela variação de 1,4% do setor agropecuário, pois indústria e serviços experimentaram acréscimo de apenas 0,1%.

A performance trimestral modesta e assentada na agricultura constitui episódio absolutamente comum, dado que a dinâmica econômica de começo de ano é determinada pela colheita e comercialização da safra agrícola em paralelo à timidez dos outros ramos, principalmente as fábricas, dependentes do nível de reposição técnica dos estoques desovados pelo comércio com as vendas de final de ano.

A exceção dos dispêndios governamentais, que encolheram 0,4%, os demais componentes da demanda agregada exibiram resultado positivo nesta base de cotejo, com ênfase para o comércio externo (importações, 2,5%, e exportações, 1,3%). Houve ainda incremento de 0,6% e 0,5% do investimento e consumo das famílias, respectivamente.

No confronto com o mesmo trimestre do ano antecedente, o IBGE captou evolução de 1,2%, impulsionada pela recuperação do comércio (4,5%) e indústria de transformação (4,0%, bebidas; móveis; máquinas e equipamentos; papel e celulose; metalurgia; veículos; equipamentos de informática). O segmento da agropecuária contabilizou contração de 2,6%, por conta da diminuição da oferta agrícola, em relação à safra recorde de 2017, e a construção civil recuou 2,2%, em razão da continuidade do quadro de paralisação das obras públicas e depressão das inversões privadas, diante da falência do estado e exacerbação das incertezas, associada à flagrante deterioração das variáveis políticas e institucionais.

O exame pela ótica da utilização final permite constatar declínio de 0,8% no consumo do governo e subida nas importações (7,7%), exportações (6,0%) e investimentos (3,5%), que, por sinal, observou a segunda ampliação consecutiva depois da descida de quatorze degraus trimestrais. A taxa de investimento (formação bruta de capital fixo) atingiu 16,0% do PIB, ficando acima do patamar alcançado em igual intervalo de 2017 (15,5% do PIB). O consumo das famílias aumentou 2,8%, configurando a quarta elevação ininterrupta.

Por fim, em doze meses, findos em março de 2018, o PIB nacional ascendeu 1,3%, ancorado essencialmente nas vendas e compras externas (6,2% e 4,6%, respectivamente), e nas atividades articuladas ao agro (6,1%), ao comércio (3,4%), ao parque de transformação (2,8%) e aos transportes (2,1%). Em contrapartida, a principal grandeza macroeconômica permaneceu deprimida pela construção civil, gastos do governo e investimentos que caíram 3,9%, 0,6% e 0,1%, respectivamente.

*A despeito da perene engorda de um conjunto nada desprezível de adversidades, a economia do país respondeu positivamente à queda estrutural da inflação e dos juros.*

Na verdade, a despeito da perene engorda de um conjunto nada desprezível de adversidades, a economia do país, sobretudo a fração capitaneada pelos agentes privados, respondeu positivamente à queda estrutural da inflação e dos juros e, por conseguinte, superou o mais acentuado e longo ciclo recessivo da vida republicana, caracterizado por contração de 8,5% do PIB em doze trimestres a fio.

No entanto, a esperada retomada deu lugar a um cenário de estagnação, consequência de barreiras técnicas, expressas na enorme ociosidade dos fatores de produção, acumuladas durante o prolongado tempo de depressão, e políticas, consubstanciadas na sensação de desânimo coletivo diante o estado gasoso de propostas e/ou compromissos consistentes para a desobstrução dos múltiplos gargalos ao crescimento,

apresentadas pelas diversas candidaturas colocadas à presidência da república, principalmente no que se refere às reformas estruturais.

Nessa perspectiva, parece interessante considerar que a ciência econômica atesta o rótulo de normalidade a fenômenos de reduzido entusiasmo dos atores, depois de intensas e demoradas fases recessivas. Nenhuma nação

consegue sair de poços depressivos e percorrer caminhos de prosperidade sem passar pelo purgatório da arrumação da casa, etapa que pode ser mais morosa e dolorosa em casos de abdicação explícita das tarefas básicas de governar, planejar e priorizar o investimento, principal parâmetro antecedente da reativação firme e duradoura dos negócios.

Decerto, qualquer semelhança com o funcionamento da maior economia da América Latina deve ser encarada como mera coincidência ou mesmo fantasia intelectual. A greve dos caminhoneiros atestou apenas mais uma faceta do déficit de governo e de autoridade amargado por essas paragens.

## DOIS ANOS DE TEMER: AMPLIAÇÃO DO DÉFICIT ÉTICO

*Gilmar Mendes Lourenço*

Os dois anos de administração do presidente da república, Michel Temer, podem ser retratados a partir de diferentes ângulos, incluindo motivações e focos de natureza política, expressos tanto no triunfalismo oficial quanto no radicalismo exacerbado dos segmentos contrários, afetado pela visão de céu no passado recente e inferno nos dias atuais.

O escape dos olhares e sentenças extremadas pode ser viabilizado pela aplicação de um estilo de análise de gestão apoiado, em linguagem fornecida pela metodologia de cenários, na organização de um quadro sintético com a enumeração e descrição de algumas forças e fraquezas que, apenas por mera coincidência temporal, foram produzidas em dois estágios distintos.

O primeiro deles, equivalente às supostas fortalezas, cobriu o intervalo de tempo compreendido entre os dias 12 maio de 2016, data instauração do processo de impeachment e afastamento temporário da presidente Dilma, pelo Senado - que terminou em cassação do mandato, em 31 de agosto de 2016 -, e o começo do exercício de 2017, quando a ampliação dos deslizes éticos tornou-se visível a olho nu.

A fase inicial carregou a condição de nascimento sob uma atmosfera de desconfiança e impopularidade em relação ao mandatário, resultado, de um lado, do diagnóstico, defendido pelas oposições, de falta de legitimidade - por conta de “não ter sido eleito”, dado que as pessoas não escolhem os candidatos à vice -, e da tomada do poder por meio da orquestração de um golpe.

De outro extremo emerge a avaliação, levantada por parcela expressiva da sociedade, de o descarte da desastrada Dilma e a ascensão de Temer reproduzir apreciáveis desentendimentos, entre os membros da turma de 2003, a respeito da definição do conjunto de guerreiros a serem protegidos dos ataques conduzidos pelo Ministério Público, Política Federal e outros atores dedicados às apurações das denúncias e à condução dos inquéritos de corrupção.

*A execução de uma política econômica “feijão com arroz”, centrada na consolidação do combate à inflação, favoreceu a flexibilização da ortodoxia monetária e a superação do ciclo depressivo.*

Mesmo em circunstâncias tão adversas, a execução de uma política econômica “feijão com arroz”, centrada na consolidação do combate à inflação - facilitada pela combinação entre o rearranjo da estrutura de preços relativos, promovido pelo ministro Joaquim Levy, ainda no primeiro ano do segundo mandato de Dilma, a recessão e os recordes de produção agrícola -, favoreceu a flexibilização da ortodoxia monetária, pelo Banco Central (BC), e ensejou, em meio à sólida recuperação da economia global, a superação, à duras penas, do ciclo depressivo mais profundo e prolongado da história republicana.

Sem contar a interferência positiva exercida pela acertada decisão de liberação de mais de R\$ 40,0 bilhões das contas inativas do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), fator determinante da diminuição dos elevados patamares de inadimplência das famílias e, ao lado do agronegócio exportador, da expansão de 1,0% do PIB brasileiro em 2017, depois do declínio acumulado de 8,5%, entre abril de 2014 e março de 2017.

Na mesma linha, a convicção da equipe econômica acerca da necessidade de perseguição do ajuste fiscal estrutural, condição essencial para a estabilização macroeconômica e a retomada sustentada do crescimento, calcada no investimento, a par do hábil controle político de uma base parlamentar enroscada nas investigações da operação Lava Jato, facilitou a aprovação da emenda constitucional que limitou a variação das despesas primárias da União à inflação pretérita, por vinte anos, e de mudanças na legislação trabalhista.

Igualmente relevantes foram as alterações na legislação do petróleo e na governança das companhias estatais, a reestruturação do ensino médio e os avanços na implantação da matriz curricular nacional comum da educação.

Mas a “lua de mel”, em regime de união estável, começou a emitir sinais de enfraquecimento no princípio de 2017, com a constituição do embrião da segunda etapa, caracterizada por debilidades induzidas por abalos na aliança

entre executivo e congresso, que minaram as chances de tramitação da reforma da previdência, e obstáculos políticos e gerenciais que afundaram as propostas de privatizações e concessões.

Não bastasse isso, escândalos de desvios de haveres públicos atingiram figuras próximas ao presidente, incluindo os ministros Geddel Vieira Lima e Henrique Alves e o evento Joesley - vazamento de áudio, em 18 de maio de 2017, de uma conversa travada entre o chefe de estado e o empresário Joesley Batista, do grupo JBS, que trouxe evidências de ajustes lesivos ao patrimônio público – serviram para desnudar o prosseguimento de práticas que levaram ao aprofundamento do déficit ético, herdado por Temer de seus antecessores.

Também colaborou para a multiplicação das incertezas, a vitória apertada no julgamento da chapa Dilma-Temer, de 2014, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o esforço de bloqueio, no legislativo, do encaminhamento, ao Supremo Tribunal Federal (STF), de dois pedidos de investigação da Procuradoria-Geral da República, e o alargamento das concessões do Porto de Santos.

Por tudo isso, os recordes de reprovação popular, multiplicados com a condução bizarra da greve dos caminhoneiros, e a estagnação dos níveis de atividade representam as referências principais do final antecipado da administração Temer que, na melhor das hipóteses, poderá esforçar-se para não contribuir para o desmanche da tendência cadente da inflação e dos juros no corrente ano.

## BANCO CENTRAL E ARRANHÃO NA COORDENAÇÃO DAS EXPECTATIVAS

*Gilmar Mendes Lourenço*

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), em reunião realizada em 16 de maio de 2018, de interromper a sequência de cortes na taxa Selic, iniciada em outubro 2016, mantendo-a em 6,50% ao ano, esteve ancorada em premissas centradas na necessidade de ajustes macroeconômicos derivada das mudanças de humor na economia global.

Mais precisamente, o Federal Reserve (Fed), banco central dos Estados Unidos (EUA), tem esboçado indicações de intensificação dos movimentos de elevação gradual das taxas de juros, em resposta à ameaça de escalada inflacionária, determinada pela subida dos preços do petróleo, motivada pela redução da produção da Arábia Saudita e ação do governo americano de rompimento do acordo nuclear com o Irã, que multiplica riscos de descontinuidade de suprimento do óleo.

Isso ensejou o evento de deslanche da revalorização do dólar que tende a ocasionar diminuição da oferta de moeda americana para garantir a captação de recursos pelos principais mercados emergentes, principalmente aqueles com pronunciada desorganização e gigantescos desequilíbrios nas contas públicas, agravados, no caso brasileiro, pelas incertezas acopladas às turbulências do cenário político e eleitoral.

Ainda que possa ser considerado pertinente, o diagnóstico de delineamento de reversão do cenário benigno, prevalente desde 2010, em escala planetária, após o enfrentamento e superação da quebra do *subprime* nos EUA, não deveria ser empregado como justificativa para a aplicação de um autêntico golpe na coordenação das expectativas, pelo BC.

Na prática, a postura da autoridade monetária derrubou a quase unanimidade das apostas feitas pelos agentes dos meios financeiros, notadamente gestores de portfólios, acerca da decisão de nova diminuição da taxa para 6,25% a.a., ancorada na hipótese de conjugação entre continuidade do processo de desinflação e flagrante lentidão da retomada econômica, contida em mensagens e documentos emitidos pelo Banco e em entrevistas concedidas pelo próprio presidente da instituição.

No tocante ao comportamento da inflação, ao registrar variação de 2,76% em doze meses encerrados em abril de 2018, o índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, situa-se no menor nível desde 1998, quando subiu 1,6%.

Já o índice geral de preços-disponibilidade interna (IGP-DI), acompanhado por pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e que mistura atacado e varejo, experimentou acréscimo de 2,97%, em um ano, afetado, sobretudo, pelos impactos da depreciação do real sobre os itens importados. Ainda assim, representou o terceiro melhor desempenho desde os efeitos da crise internacional de fins da década pretérita, perdendo apenas para as deflações de -1,4 e -0,4% ocorridas em 2009 e 2017, respectivamente.

*A perversa concatenação  
de elementos  
ruins restringe  
dramaticamente as  
chances de viabilização  
do arranjo da expansão  
sustentada.*

De seu turno, o motor dos níveis de atividade acusou giro de 1,05% em doze meses até março de 2018, de acordo com o índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br), configurando o mais vagaroso reerguimento da história, depois do declínio recorde, em intensidade e tempo, evidenciado pelo decréscimo de 8,5% do produto interno bruto (PIB) do país, entre abril de 2014 e março de 2017.

Estimativas do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos, da FGV, revelam que um ano depois da inversão da marcha recessiva, o volume de negócios realizados em território nacional estaria apenas 2,2% acima do fundo do poço atingido no último trimestre de 2016. Igual exercício de simulação permite apreender que, quatro trimestres após a superação da contração amargada em 1997, determinada pelos impactos da crise asiática, o aparelho de produção operava 4,2% acima do vale, constituindo, até então, a mais retardada saída de depressão por aqui.

De fato, a perversa concatenação de elementos ruins restringe dramaticamente as chances de viabilização do arranjo da expansão sustentada. Dentre as anomalias das peças da engrenagem da roda do crescimento emerge o elevado

endividamento de famílias e corporações; o estratosférico custo e a escassa disponibilidade de crédito; as enormes margens de capacidade ociosa industrial, acumuladas no prolongado tempo de retração de demanda; a persistência de substanciais taxas de desemprego; e a precarização do mercado laboral, atestada pela participação de 85,0% da informalidade na geração das vagas líquidas entre abril de 2017 e março de 2018.

Igualmente nociva, a falência do estado e a subsequente perda de capacidade de empuxe do sistema; a paralisação da tramitação das reformas estruturais no congresso nacional; e a configuração da atmosfera de escolha do novo presidente em condições de polarização política, potencializam os aspectos inibidores do investimento privado. A título de ilustração, as inversões federais encurtaram 54,0% durante os dois anos de governo Temer, em comparação com a base já bastante comprimida da gestão Dilma.

Nessas circunstâncias, a atitude de neutralização da trajetória de flexibilização monetária, adotada pelo BC, serviu para arranhar os princípios de clareza, transparência e supressão de elementos-surpresa nas relações entre entidade e mercados, cuidadosamente plantados e cultivados, ao longo de dois anos, e assemelhar a presente gestão à antecessora, absolutamente descompromissada com a adequada condução das expectativas.

## CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO BLOQUEIO DAS ESTRADAS

*Gilmar Mendes Lourenço*

O prolongado bloqueio de trechos de rodovias federais e estaduais brasileiras, promovido pelo movimento dos caminhoneiros, em curiosa sintonia com interesses das transportadoras de cargas e outras frações do patronato, que inclusive ocasionou o levantamento de suspeitas de ocorrência de locaute, afetou drasticamente as atividades econômicas do país.

Em suas origens, tal evento traduziu a verdadeira asfixia sofrida pelo setor de transportes, em consequência da maximização, em uma atmosfera de profunda, extensa e longa recessão, de um apreciável grupo de adversidades supressoras da competitividade, com ênfase para a deterioração da infraestrutura e as elevadas tarifas de pedágios.

Houve também a interferência da ampliação da concorrência no interior do ramo, com o exponencial alargamento da quantidade de caminhões, estimulado pelas estratégias anticíclicas empregadas a partir do final de 2008 e bancadas por crédito barato disponibilizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Assim, em dez anos, o volume de veículos pesados em circulação cresceu mais de 40,0%, contra variação de 10,8% do produto interno bruto (PIB) da nação, o que provocou apreciável ociosidade da frota e retração do preço dos fretes.

Decerto, pesou igualmente a disparada dos preços dos combustíveis, apurada desde o segundo semestre de 2017, por conta da decisão da estatal de petróleo de acionar os gatilhos e voltar a praticar reajustes automáticos, em linha com o comportamento da cotação do barril do óleo no mercado internacional e do dólar, com efetivo “viés de alta”.

No fundo, desde o começo do governo Temer, a Petrobrás vem procurando resgatar a aplicação de métodos contemporâneos de gestão de negócios, praticamente eliminada durante a partidarização da empresa, acontecida entre 2003 e princípio de 2016, e que foi essencial para a viabilização de negociatas e desvios de vultosos recursos para a cobertura das relações promíscuas entre executivo e algumas grandes empreiteiras, intermediadas por parcela do legislativo.

Tanto é assim que o valor de mercado da companhia despencou de R\$ 510,3 bilhões, em maio de 2008, para R\$ 101,3 bilhões, em dezembro de 2015, em razão da conjugação entre queda dos preços globais da commodity, escandalosos saques oficiais e controle populista dos preços dos derivados, das tarifas públicas e do câmbio, visando à obtenção do bônus da inflação baixa. Enquanto isso, a dívida líquida da corporação subiu de R\$ 138,0 bilhões para 309,0 bilhões, no mesmo período, com fechamento na véspera da paralisação dos caminhoneiros.

Nos dias que antecederam a crise, valor de mercado e dívida da estatal perfaziam aproximadamente R\$ 360,0 e R\$ 81,0 bilhões, respectivamente, evidenciando flagrante recuperação de resultados, graças aos aprimoramentos gerenciais e, fundamentalmente, à impulsão dos preços internacionais do barril de petróleo, que passaram de US\$ 37,0, em fins de 2015, para US\$ 45,0, em maio de 2017, e para cerca de US\$ 80,0, no presente.

A disparada das cotações mundiais derivou da concatenação entre controle voluntário da oferta exercido pela Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP), como forma de adequação aos reflexos das novas tecnologias de extração de xisto nos Estados Unidos (EUA), firme crescimento das economias avançadas, compressão da produção venezuelana e possibilidade de descontinuidade de suprimento, vinculada a novas sanções ao Irã, fruto da escolha do governo norte-americano de desistência de prosseguimento do acordo nuclear com aquele país.

A escassa transparência reinante na companhia estatal trava a veiculação de relevantes informações, a saber: que os custos de produção do petróleo nacional correspondem a menos de 1/3 do importado, a nação já atingiu a autossuficiência e a produção doméstica é, em grande parte, exportada porque a esmagadora maioria das refinarias nacionais não consegue processar o óleo mais pesado.

Contudo, há outras duas variáveis a serem consideradas na equação dos caminhoneiros. A primeira engloba a elevada carga tributária incidente sobre toda a cadeia produtiva setorial, líder em receitas indiretas, que serve para saciar o apetite arrecadador/gastador de diferentes governos, episódio facilitado por englobarem produtos de recolhimento e fiscalização previsíveis e que possuem demanda inelástica em relação à renda das famílias: na melhor das hipóteses, a retração do consumo acontece em menor intensidade do que a alta de preços.



A segunda anomalia, pouco difundida ou discutida, traduz a negligência oficial quanto aos abusos praticados pelo oligopólio de distribuição de combustíveis no Brasil, dominado por um reduzido número de grandes empresas estrangeiras e nacionais (entre as quais a BR), que exercem a função de fixadores de preços, perseguindo a multiplicação de suas margens de rentabilidade, independentemente das manifestações do mercado. Em contraposição, figuram os produtores agrícolas, industriais e varejistas – com diferentes escalas de produção e de custos – e consumidores, que assumem o papel de tomadores de preços.

*A solução provisória para o impasse brotou com nítidos traços de rendição do executivo que preferiu o abandono do reduto de feitura de políticas públicas.*

A solução provisória para o impasse, acordada entre governo e aludidos representantes da categoria, brotou com nítidos traços de rendição do executivo que, com generosas concessões aos agentes postulantes, preferiu o abandono do reduto de feitura de políticas públicas.

A obtenção do compromisso de desobstrução das estradas exigiu a redução de R\$ 0,46 do preço do óleo diesel nas refinarias, sendo 34,8% (R\$ 0,16), bancado pela zeragem da Cide e PIS/Cofins, viabilizada por recursos oriundos do retorno da oneração da folha de salários das empresas (exceto aquelas dedicadas ao transporte rodoviário de cargas), aprovado pelo senado da república, e 65,2% (R\$ 0,30) sustentada por haveres subsidiados provenientes do Orçamento Geral da União (OGU), estimados em R\$ 10,0 bilhões, e transferidos à Petrobrás.

Após congelamento por sessenta dias, os preços do diesel sofrerão atualizações mensais, conforme os critérios atuais, o que, aparentemente, sinaliza o regresso, ainda que transitório, da conduta conhecida como populismo tarifário, que impôs expressivas perdas à Petrobrás, em diferentes momentos da história econômica brasileira.

Além disso, os caminhoneiros autônomos conquistaram o direito de transportar 30,0% das cargas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e houve a fixação de tabela mínima para fretes e a definição da isenção de cobrança de tarifas de pedágio do eixo suspenso para os caminhões que transitarem vazios.

A rigor, a colheita do processo negocial expõe meros reparos, semelhantes às costumeiras operações tapa buracos que servem apenas para esconder crateras das estradas, e que reaparecem, com mais vigor, em momentos subsequentes, provocando a escalada do déficit e dívida pública e dos sacrifícios sociais decorrentes.

Logo, a resolução definitiva da equação, na direção da obtenção de um realinhamento da estrutura de preços relativos em favor da redução estrutural dos preços de comercialização dos derivados de petróleo no país, passa, invariavelmente, pela combinação de alguns ingredientes que, por diferentes motivos, estão completamente fora do alcance do radar da praça dos três poderes, em Brasília.

Dentre eles sobressai a implementação de conduta, por parte da Petrobrás, de precificação ancorada na matriz de despesas operacionais e financeiras, também composta pela curva das cotações externas e do dólar, e a compressão da cunha tributária federal e estadual, que equivale a 44,0% e 28,0% do valor cobrado dos consumidores de gasolina e diesel, respectivamente, nas bombas dos postos revendedores de combustíveis, sendo, no caso do ICMS, uma proporção fixa incidente sobre o preço final.

Urge ainda o desmanche do poder discricionário de formação de preços exercido pelas distribuidoras; o conhecimento (e transparência no estabelecimento) das margens praticadas nos diferentes elos da cadeia; a introdução de aparato regulatório que abra espaço para as privatizações do segmento de refino e beneficie a concorrência na comercialização de derivados; e a torcida para que os dois maiores produtores do planeta, Arábia Saudita e Rússia, revertam a política de diminuição da produção.

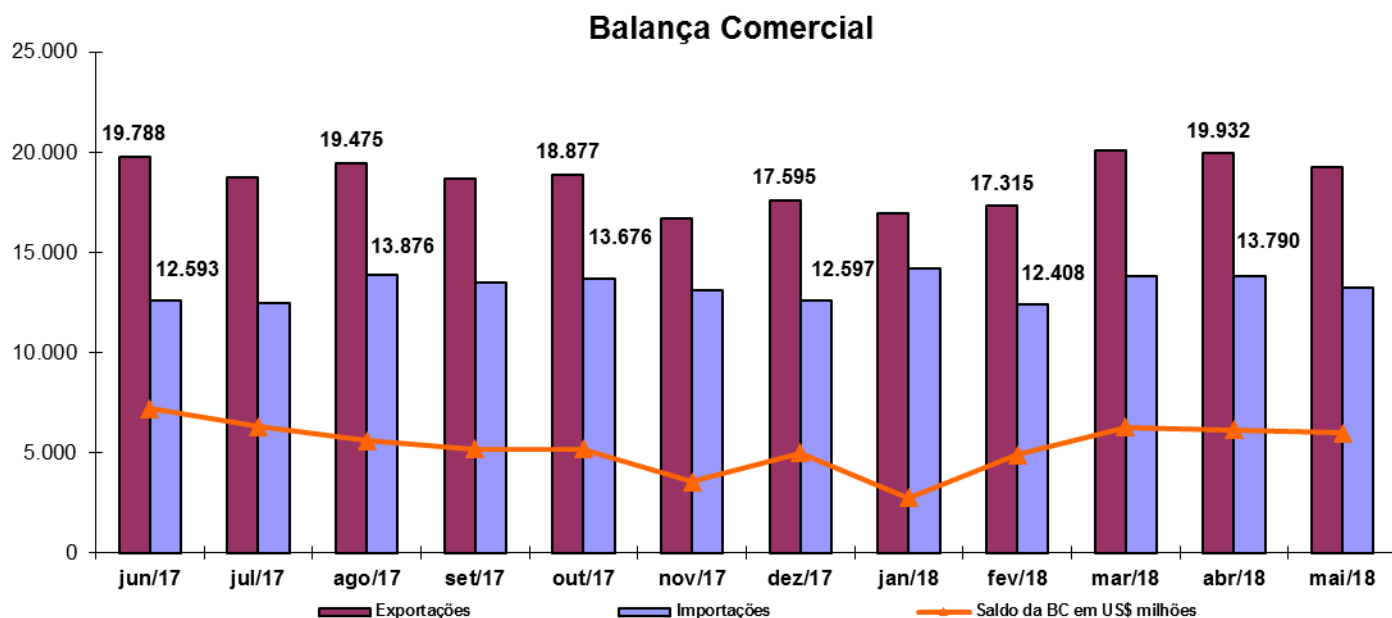
*A colheita do processo negocial expõe meros reparos, semelhantes às costumeiras operações tapa buracos que servem apenas para esconder crateras das estradas.*

Do episódio governo versus caminhoneiros sobrou a interrupção da moderada recuperação da economia nacional, deflagrada pelo desabastecimento de combustíveis e outros bens essenciais, e novo abalo da confiança da sociedade, já suficientemente convencida de que está, há bastante tempo, a deriva e, que é pior, na dependência do esforço de supostas autoridades e lideranças que expressam condições de flagrante pauperização e estão desprovidas de qualquer lampejo de articulação política para a negociação equilibrada das demandas coletivas num contexto democrático.

Esse cenário constitui campo fértil para a proliferação de incursões oportunistas e demagógicas, à esquerda e à direita, que atendem apenas aos propósitos de incitar o espraiamento dos abusos, realizados por segmentos organizados no afã da maximização de benesses e privilégios.

**Comércio Internacional.****Balança Comercial Semanal – (Maio/2018) - MDIC****Fato**

Em maio a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 5,98 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 19,24 bilhões e *importações* de US\$ 13,26 bilhões. No ano o *superávit* é de US\$ 26,16 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 93,63 bilhões e *importações* de US\$ 67,47 bilhões. No mês, a *corrente do comércio* foi de US\$ 32,50 bilhões e no ano US\$ 161,10 bilhões.



Fonte: MDIC

**Causa**

Utilizando o critério da média diária, com relação ao mesmo mês do ano anterior, as *exportações* apresentaram crescimento de 1,9%, e as *importações* de 14,5%. Pelo mesmo critério, na comparação com o mês imediatamente anterior, houve queda de 2,5% nas *exportações* e de 3,8% nas *importações*. A *corrente do comércio* registrou avanço de 6,7% com relação ao mesmo mês do ano anterior e recuo de 3,0% na comparação com abril de 2018.

Em maio, na comparação com igual mês do ano anterior, houve aumento nas *exportações* de produtos *básicos*, 18,4%, por outro lado ocorreu queda nas *exportações* de *manufaturados*, 17,3% e *semimanufaturados*, 9,5%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Chile. Pelo mesmo critério de comparação, houve expansão de 29,4% nas *importações de bens de capital*, 23,4% nos *combustíveis e lubrificantes*, 11,6% nos *bens intermediários*, e 10,8% nos *bens de consumo*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: China, Estados Unidos, Alemanha, Argentina e Coréia do Sul.

No acumulado do ano, frente a igual período do ano anterior o avanço nas *exportações* foi de 6,5% determinada por crescimento nos produtos *manufaturados*, 9,5%, *básicos*, 5,6% e *semimanufaturados* 1,2%. Nesta comparação as *importações* cresceram 14,6%, devido ao aumento em *combustíveis e lubrificantes*, 32,6%, *bens de capital*, 24,5%, *bens de consumo*, 15,6% e *bens intermediários*, 9,6%. Ainda no acumulado do ano, os principais destinos das *exportações* brasileiras foram China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Chile e os nossos principais fornecedores foram, China, Estados Unidos, Alemanha, Argentina e Coréia do Sul.

**Conseqüências**

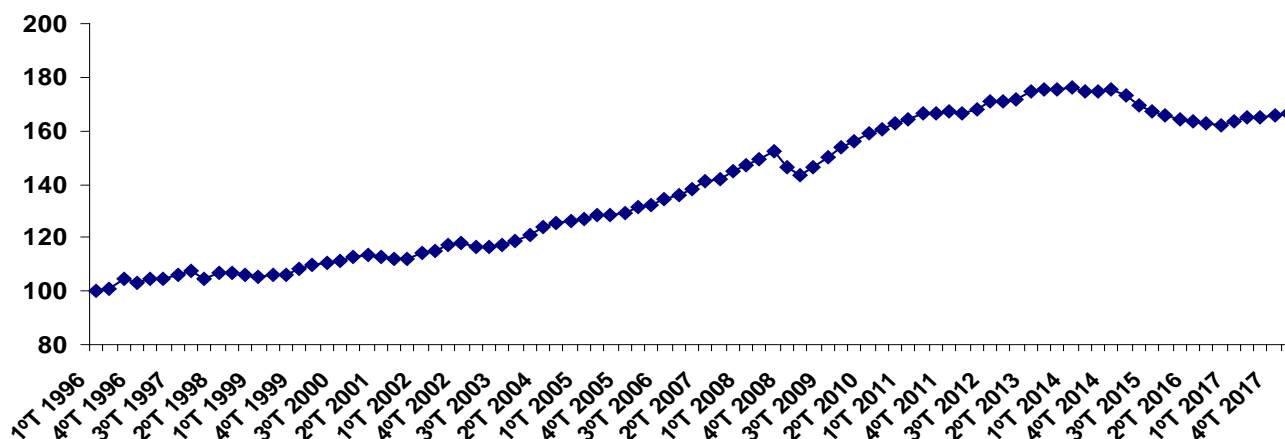
Os resultados do *comércio exterior* seguem apresentando crescimento nas *exportações* e crescimento mais intenso nas *importações* fazendo com que o *saldo comercial* fique inferior ao do recorde de 2017.

**Atividade****PIB – Indicadores de Volume e Valores Correntes (1º Trimestre 2018) - IBGE.**

## Fato

O *Produto Interno Bruto - PIB a preços de mercado* cresceu 0,4% no primeiro trimestre de 2018, frente ao último trimestre de 2017, chegando a R\$ 1.641,1 bilhões. Com relação ao primeiro trimestre de 2017, houve avanço de 1,2%, e no acumulado dos últimos quatro trimestres a elevação foi de 1,3%.

## PIB pm - Volume Trim. (1995=100)



Fonte: IBGE - Índice Série encadeada do índice de volume trimestral com ajuste sazonal (Base: média 1995 = 100) (Número índice)

## Causa

Dentre os componentes da *oferta*, no primeiro trimestre, frente ao trimestre imediatamente anterior, a *Agropecuária* teve expansão de 1,4%, a *Indústria* e os *Serviços* cresceram 0,1%. Pelo lado da *demanda*, a *Formação Bruta de Capital Fixo* cresceu 0,6%, a *Despesa de Consumo das Famílias* 0,5% e o *Consumo da Administração Pública* recuou 0,4%. No setor externo as *Importações* avançaram 1,3% e as *Exportações* tiveram crescimento de 2,5%.

No confronto com o primeiro trimestre de 2017, a *Agropecuária* apresentou queda de 2,6%, a *Indústria* apresentou expansão de 1,6%, com avanço de 4,0% na *Indústria de Transformação* e queda de 2,2% na *Construção*. Os *Serviços* cresceram 1,5%. Na *demanda*, também na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o *Consumo das Famílias* aumentou 2,8%, quarto aumento consecutivo nesta comparação. A *Formação Bruta de Capital Fixo* avançou 3,5% e o *Consumo da Administração Pública* recuou 0,8%. As *Exportações* registraram aumento de 6,0% e as *Importações* 7,7%.

No acumulado dos quatro trimestres, houve desempenho de 6,1% na *Agropecuária*, 0,6% na *Indústria* e 1,0% nos *Serviços*. Pelo lado da *demanda*, a *Formação Bruta de Capital Fixo*, recuou 0,1% e a *Despesa de Consumo do Governo* 0,6%, já a *Despesa de Consumo das Famílias* cresceu 2,1%. No setor externo, as *Exportações* avançaram 6,2% e as *Importações* 4,6%. A taxa de investimento no primeiro trimestre de 2018 foi de 16% do PIB, acima do observado no mesmo trimestre do ano anterior, 15,5%. A taxa de poupança foi de 16,3%, ante 15,8% no mesmo período de 2017.

## Conseqüências

O comportamento do *PIB* reflete a lenta e gradual recuperação da atividade econômica, tendência que deve se manter nos próximos trimestres de 2018.

## Atividade

### Produção Industrial Mensal (Março/2018) – IBGE

## Fato

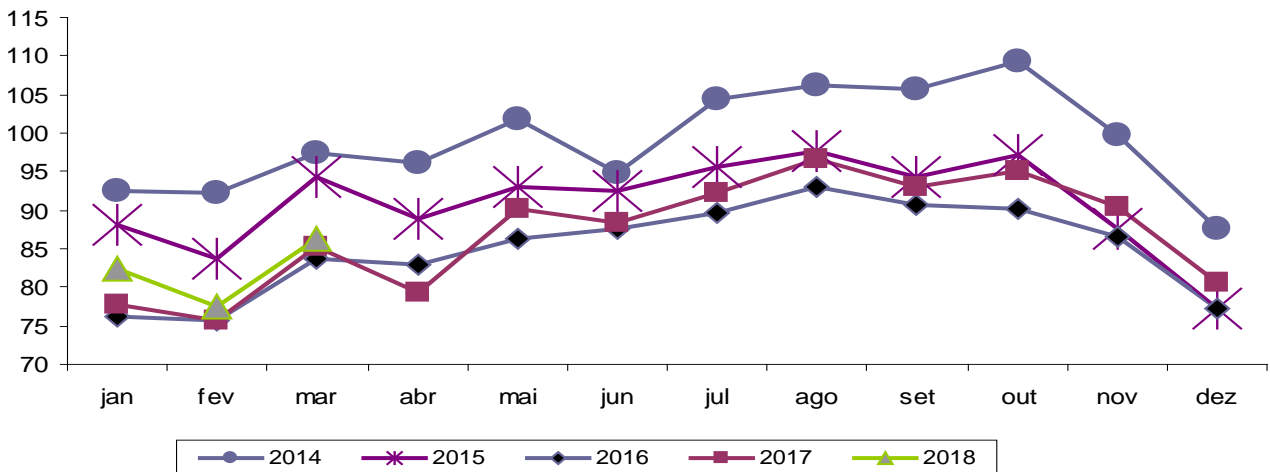
Em março, a *produção industrial* caiu 0,1% com relação ao mês anterior. Frente a março de 2017 ocorreu avanço de 1,3%, décima primeira taxa positiva consecutiva, porém a menor desde junho de 2017. No acumulado dos últimos doze meses houve crescimento de 2,9%.

## Causa

Na comparação com o mês anterior, *bens intermediários* registraram o recuo mais acentuado, 0,7%, terceiro mês consecutivo em queda, período que acumulou perda de 3,9%. Por outro lado os setores de *bens capital* 2,1% e o de *bens de consumo duráveis* registraram os maiores avanços no mês. O segmento de *bens de consumo semi e não-duráveis* também registrou aumento no mês 0,2%.

Com relação a março de 2017, a *produção industrial* apresentou avanço em *bens de consumo duráveis*, 15,8% e em *bens de capital*, 8,3%. O segmento de *bens intermediários* registrou queda de 0,2% e o de *bens de consumo semi e não-duráveis* apontou recuo de 1,7%.

### Produção Industrial BRASIL



Fonte: IBGE - Índice de base fixa sem ajuste sazonal (Base: média de 2012 = 100) (Número índice)

#### Consequência

Apesar da queda registrada no mês, nos valores acumulados as variações são positivas, demonstrando que se ainda não apresenta recuperação consistente, não registra aprofundamento maior na crise.

#### Atividade

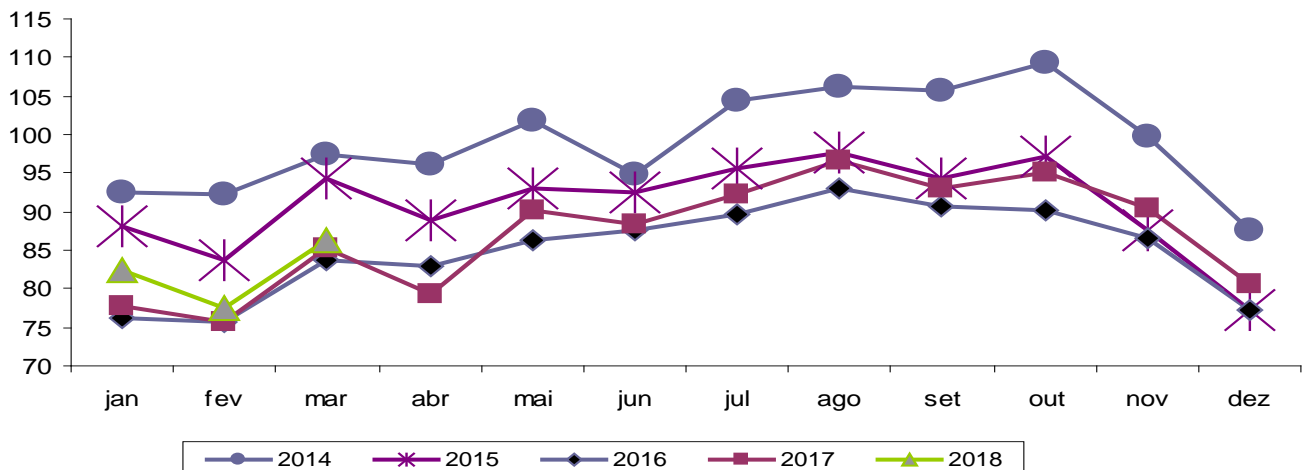
##### Pesquisa Industrial - Regional – Brasil (Março/2018) - IBGE

#### Fato

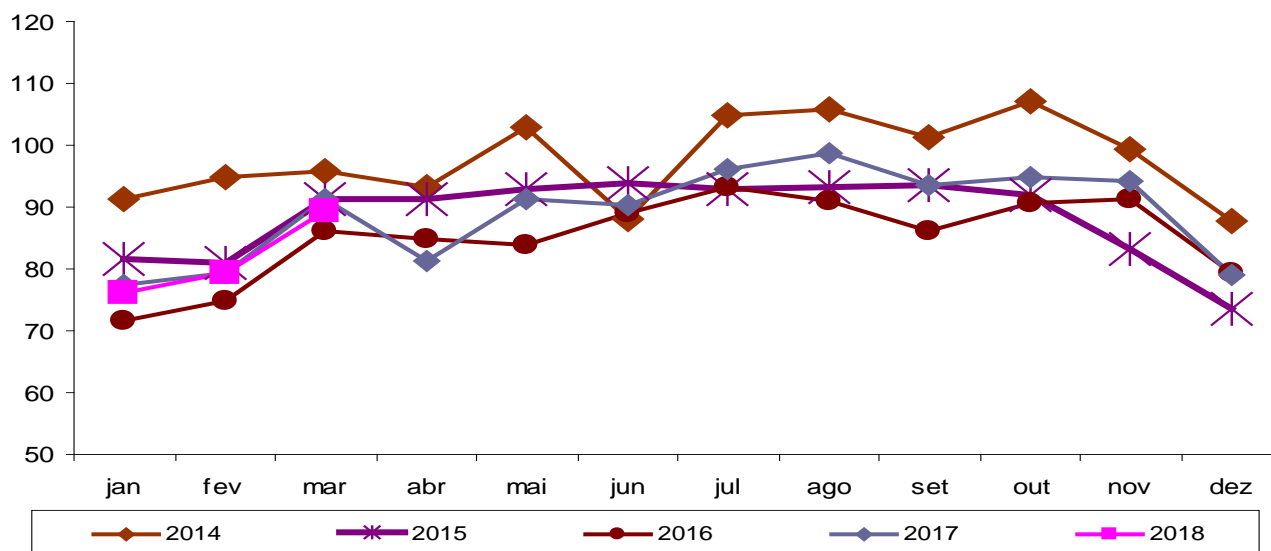
Entre fevereiro e março, a *produção industrial* caiu em oito dos quatorze locais pesquisados e na comparação com março de 2017, sete das quinze regiões pesquisadas registraram variação positivas.

No **Paraná** a *produção industrial* apresentou queda de 0,9%, frente ao mês anterior. Na comparação com março de 2017 houve recuo de 2,0%, em doze meses ocorreu avanço 2,6% e no acumulado do ano foi registrada retração de 1,2%.

### Produção Industrial BRASIL



## Produção Industrial PARANÁ



Fonte: IBGE - Índice de base fixa sem ajuste sazonal (Base: média de 2012 = 100) (Número índice)

### Causa

Na comparação com o mês anterior os locais que registraram recuo foram: Bahia, Rio de Janeiro, Região Nordeste, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, **Paraná**, Minas Gerais e Ceará. Por outro lado os maiores avanços foram no Pará, Mato Grosso, Espírito Santo, Amazonas e São Paulo. Na comparação com março de 2017, os maiores avanços foram no Amazonas e no Pará. As quedas mais acentuadas foram registradas na Bahia, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

No **Estado do Paraná**, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, das treze atividades pesquisadas, sete registraram queda. Os maiores impactos negativos vieram de *coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, máquinas e equipamentos* e de *produtos alimentícios*. Por outro lado, as maiores variações positivas foram em *veículos automotores, reboques e carrocerias, produtos de madeira e minerais não metálicos*.

### Consequência

De forma semelhante ao que ocorreu nacionalmente a indústria paranaense recuou em março. Para os próximos meses a *indústria paranaense* deve apresentar recuperação, todavia, de forma semelhante ao resultado nacional, não devem ser esperados avanços muito contundentes.

### Atividade

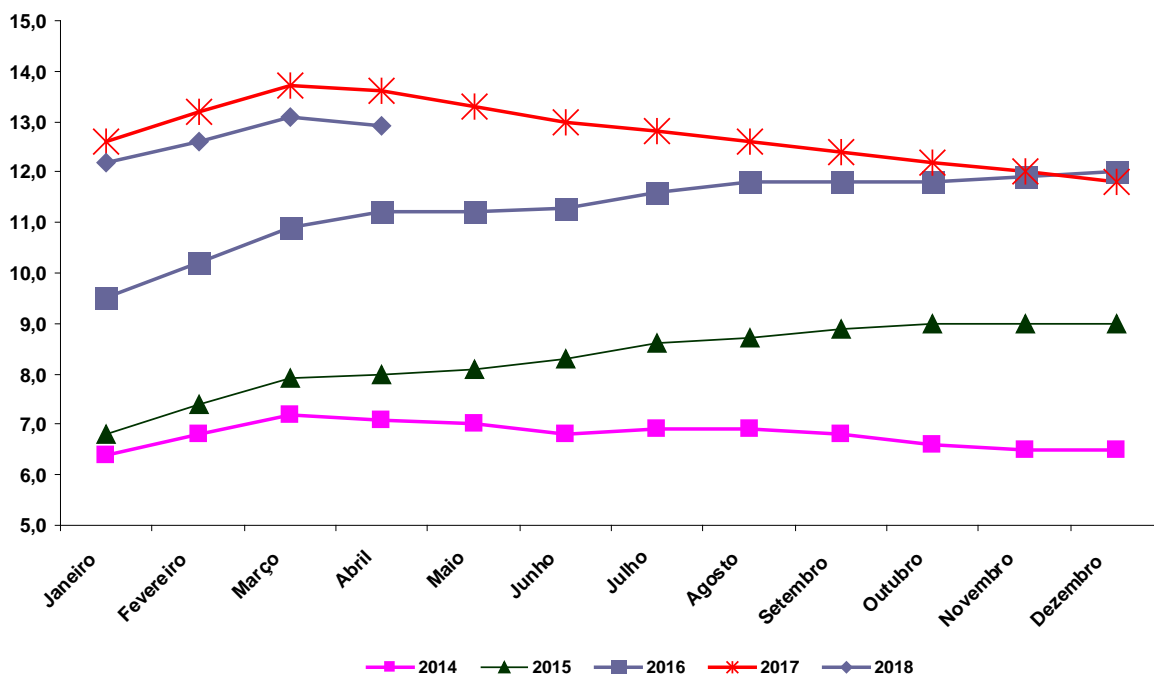
**PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre – fev-mar-abr de 2018) – IBGE**

### Fato

A **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** apontou, para o trimestre encerrado em abril de 2018, *taxa de desocupação* de 12,9%, com queda de 0,7 p.p. frente ao mesmo trimestre do ano anterior e expansão de 0,7 p.p., na comparação com o trimestre encerrado em janeiro. O *rendimento médio real habitualmente recebido* foi de R\$ 2.182 ficando estável em ambas as comparações.

### Causa

No trimestre a *população desocupada* cresceu 5,7% em relação ao trimestre encerrado em janeiro e recuou 4,5% frente ao mesmo trimestre em 2017. O número de *empregados no setor privado com carteira assinada* apresentou estabilidade frente ao trimestre anterior e crescimento de 6,3% no confronto com o mesmo trimestre de 2017.



### Consequência

O nível de emprego segue em recuperação, porém ainda tímida, tendência que deverá ser mantida ao longo do ano e para o início do ano de 2019.

### Atividade

#### Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Abril/2018) – IBGE

#### Previsão da Safra de Grãos

### Fato

Em abril, a estimativa da *safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas* foi de produção de 230,0 milhões de toneladas, 4,4% inferior à safra de 2017 e 0,3 %, acima da previsão de março. A *área a ser colhida*, 61,2 milhões de hectares, não apresentou variação significativa frente ao registrado no ano passado.

### Causa

Frente à produção de 2017, as três principais culturas, *o arroz, o milho e a soja* registraram avanço de 0,6% na produção de *soja* e queda de 13,0% e 6,8% para o *milho* e o *arroz*.

O *levantamento sistemático da produção agrícola* registrou variação positiva para dezoito dos vinte e seis produtos analisados: *algodão herbáceo em caroço, amendoim em casca 1ª e 2ª safras, aveia, cacau em amêndoa, café em grão – arábica, café em grão – canephora, cana-de-açúcar, cevada em grão, feijão em grão 1ª, 2ª e 3ª safras, mamona em baga, mandioca, soja em grão, sorgo em grão trigo em grão e triticale em grão*. Em sentido contrário, deverão apresentar redução na quantidade produzida: *arroz em casca, aveia em grão, batata-inglesa 3ª safra, cebola, feijão em grão 3ª safra, laranja, milho em grão 1ª e 2ª safras*. Regionalmente, a produção de *cereais, leguminosas e oleaginosas* está assim distribuída: Centro-Oeste, 43,8%, Sul, 33,7%, Sudeste, 10,1%, Nordeste, 8,5%, e Norte, 3,9%. O Estado do Mato Grosso do Sul, mantém a posição de liderança na *produção nacional de grãos*, com participação de 25,4%, seguido pelo **Estado do Paraná**, com 16,9%.

### Consequência

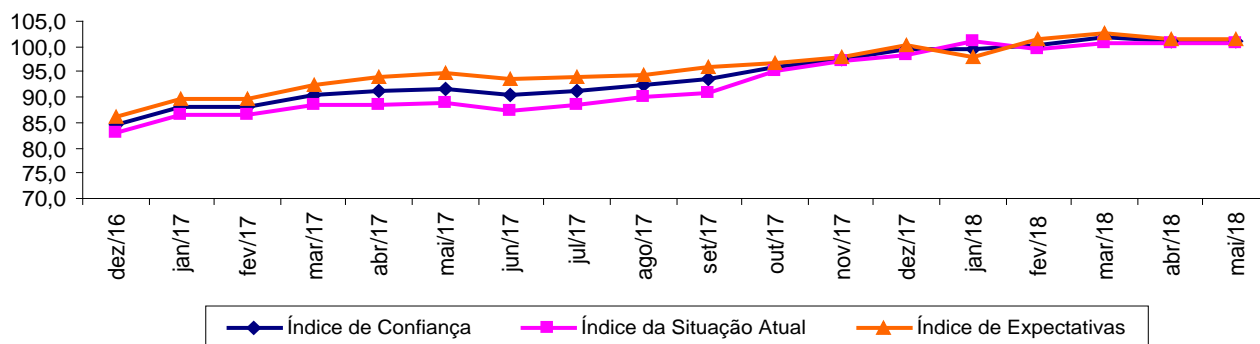
De acordo com *prognóstico* realizado pelo **IBGE** em abril, a *safra de grãos* em 2018 será inferior ao do ano anterior. Todavia este prognóstico deverá apresentar em expansão ao longo do ano, estando condicionado, ao regime de chuvas em áreas importantes para a *produção nacional*.

### Atividade

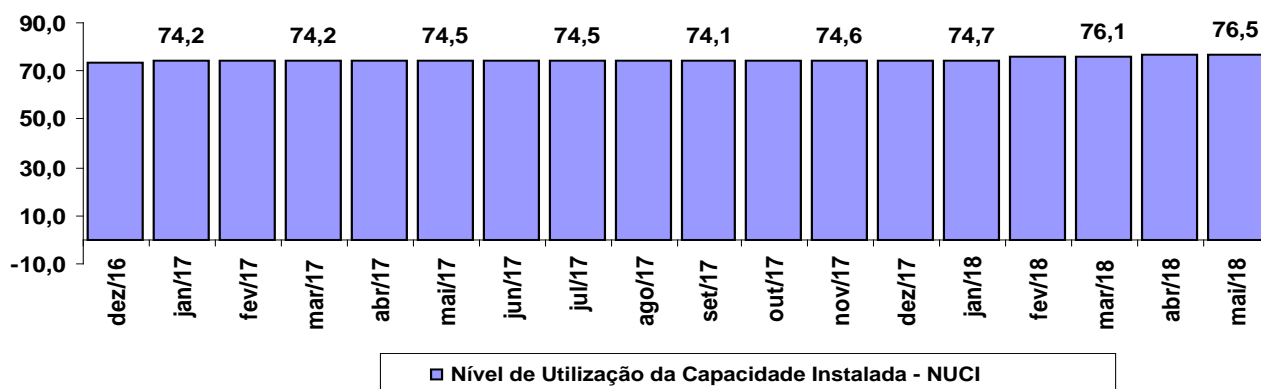
#### Sondagem da Indústria (Maio/2018) – FGV

### Fato

Na passagem de abril para maio, o *Índice de Confiança da Indústria de Transformação ICI*, ficou relativamente estável, com avanço de 0,1 p.p., passando de 101,0 para 101,1 pontos. A variação foi tanto no *Índice da Situação Atual – ISA*, 0,1 pontos, como no *Índice de Expectativas – IE*, 0,1 pontos. O *Nível de Utilização da Capacidade Instalada – NUCI* também permaneceu estável em 76,5%.



Fonte: FGV



Fonte: FGV

### Causa

Em junho no ISA o quesito que mede a *situação dos negócios* subiu 1,2 pontos para 97,2 pontos. Houve avanço de 8,3 p.p. na parcela das empresas que avaliam a *situação dos negócios como boa* e avanço em menor magnitude, 6,8 p.p. na parcela que avaliam como *fraca*.

No IE o indicador que mede a *evolução do pessoal ocupado nos três meses seguintes* cresceu 2,4 pontos, chegando a 101,1 pontos. O percentual de empresas prevendo *aumentar o quadro de pessoal* nos meses seguintes aumentou 3,3 p.p. chegando a 21,9% e a parcela que pretende *reduzir* diminuiu 0,4 p.p. atingindo 11,1%.

### Conseqüências

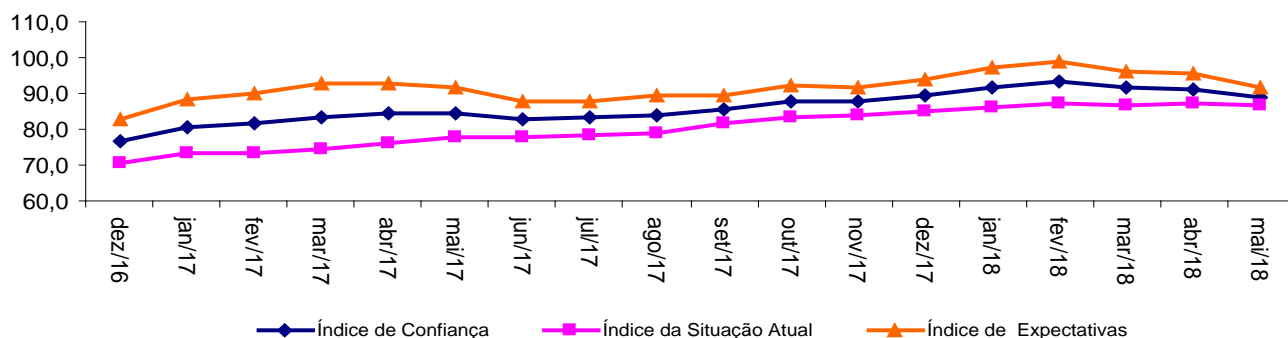
A *indústria* segue em lento processo de recuperação, todavia ainda existem incertezas com relação à continuidade da recuperação, condicionada principalmente pelo *crescimento do consumo interno* e *estabilidade política*.

### Atividade

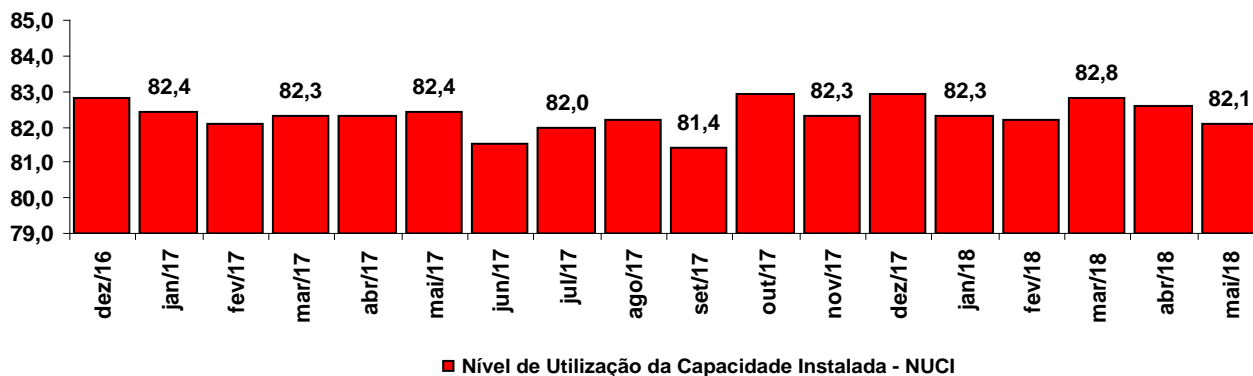
#### Sondagem de Serviços (Maio/2018) – FGV

### Fato

O *Índice de Confiança de Serviços - ICS* caiu 2,4 pontos na comparação com o mês anterior atingindo 88,8 pontos, terceira queda consecutiva. Na mesma comparação, o *Índice da Situação Atual - ISA* diminuiu 0,6 pontos, passando para 86,6 pontos. O *Índice de Expectativas - IE* recuou 3,9 pontos, atingindo 91,4 pontos.







Fonte: FGV

#### Causa

No *ISA*, destacou-se a avaliação positiva sobre a *situação atual dos negócios*, que recuou 1,0 pontos. Nas *expectativas*, houve retração de 4,3 pontos na *tendência dos negócios nos seis meses seguintes*. O NUCI do setor de serviços caiu 0,5 p.p.

#### Conseqüência

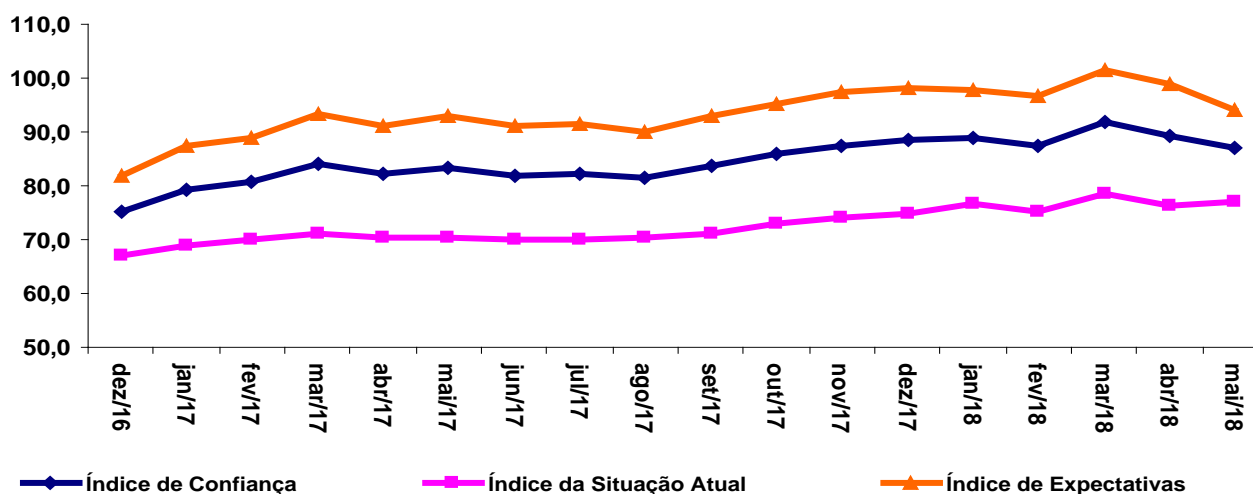
Apesar das quedas recentes, a expectativa ainda é de recuperação, sendo porém esta reação condicionada pelas expectativas, inexistindo por enquanto sensíveis alterações no quadro presente.

#### Atividade

##### ICC – Índice de Confiança do Consumidor (Maio/2018) – FGV

#### Fato

Entre os meses de abril e maio, o ICC recuou 2,5 pontos passando de 89,4 para 86,9 pontos. O índice da *Situação Atual* subiu 0,9 pontos, de 76,3 para 77,2 pontos, e o *Índice das Expectativas* diminuiu 4,8 pontos de 99,0 para 94,2 pontos.



Fonte: FGV

#### Causa

O indicador que mede a satisfação dos consumidores com a *situação financeira da família no momento* recuperou parte das perdas sofridas em abril ao avançar 2,9 pontos, para 72,7 pontos. As *expectativas* que vinham se recuperando, recuaram em maio. O indicador que mede o otimismo em relação às *finanças pessoais* nos próximos meses recuou 1,6 pontos, para 94,8 pontos.

#### Conseqüência

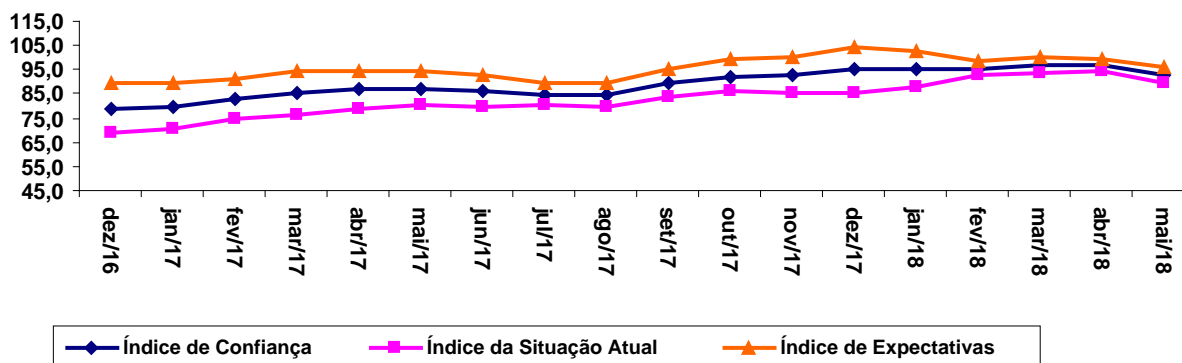
A queda no mês reflete a *questão do emprego* que demora a reagir, e a *instabilidade no ambiente político*, diminuindo o ímpeto de compras nos próximos meses.

#### Atividade

##### Sondagem do Comércio (Maio/2018) – FGV

### Fato

O *Índice de Confiança do Comércio - ICom* recuou 4,1 pontos entre abril e maio, passando de 96,7 para 92,6 pontos. O *Índice da Situação Atual - ISA* ficou caiu 4,7 pontos registrando 89,4 pontos, o menor nível desde janeiro e o *Índice de Expectativas - IE* caiu 3,2 pontos chegando 96,2 pontos.



Fonte: FGV

### Causa

Após quatro meses consecutivos de altas, o índice apresentou forte queda no mês, com recuos nas vendas tanto de *bens duráveis* como de *não duráveis*. Mesmo o segmento de *bens duráveis* que no momento presente registrava recuperação, decorrente da redução na *taxa de juros*, apresentou retração no mês.

### Consequência

Após alguns meses de alta consistente o segmento sinaliza desaceleração no ritmo de vendas. Para os próximos meses, a expectativa é de que a recuperação seja retomada, porém em ritmo gradual e sujeito a tropeços.

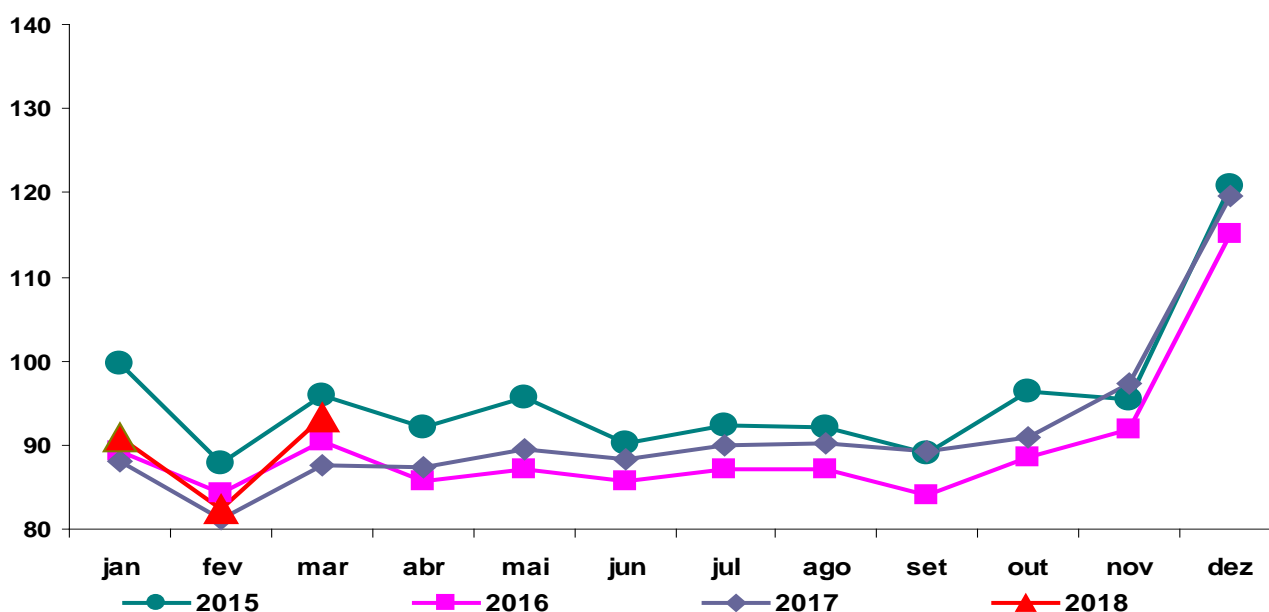
### Atividade

#### Pesquisa Mensal do Comércio (Março/2018) – IBGE

### Fato

No mês de março, o *volume de vendas do comércio varejista*, com ajuste sazonal, frente ao mês anterior, cresceu 0,3%, e a *receita nominal* também 0,4%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o *volume de vendas* foram de 6,5% sobre março de 2017 e 3,7% no acumulado dos últimos doze meses. A *receita nominal* obteve taxas de 7,1% com relação a igual mês de 2017 e 3,1% no acumulado em doze meses. No acumulado do trimestre o *volume de vendas*, atingiu variação de 3,8%, e a *receita nominal*, de 4,1%.

No comércio varejista ampliado, que inclui as atividades de *Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção*, as variações para o *volume de vendas* foram: 1,1% em relação ao mês anterior, 7,8%, frente a março de 2017, 6,6% no acumulado do trimestre e 6,2% nos últimos doze meses. Para a *receita nominal* as variações foram de 1,0% em relação ao mês anterior, de 8,3%, frente a março de 2017, 6,7% no acumulado do trimestre e de 5,2% nos últimos doze meses.



Fonte: IBGE - Índices de volume de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

### Causa

Na série ajustada do *comércio varejista*, calculada com relação ao mês anterior, cinco das oito atividades pesquisadas tiveram aumento no *volume de vendas*: *Combustíveis e lubrificantes*, 1,4%, *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, 1,1%, *Tecidos, vestuário e calçados*, 0,7%, *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 0,7% e *Móveis e eletrodomésticos*, 0,1%. Os segmentos que mostraram queda foram: *Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação*, 5,0%, *Livros, jornais, revistas e papelaria*, 1,2% e *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 1,1%. Considerando o *comércio varejista ampliado* ocorreu avanço em *Veículos e motos, partes e peças*, 2,9% e estabilidade em *Material de Construção*.

### Consequência

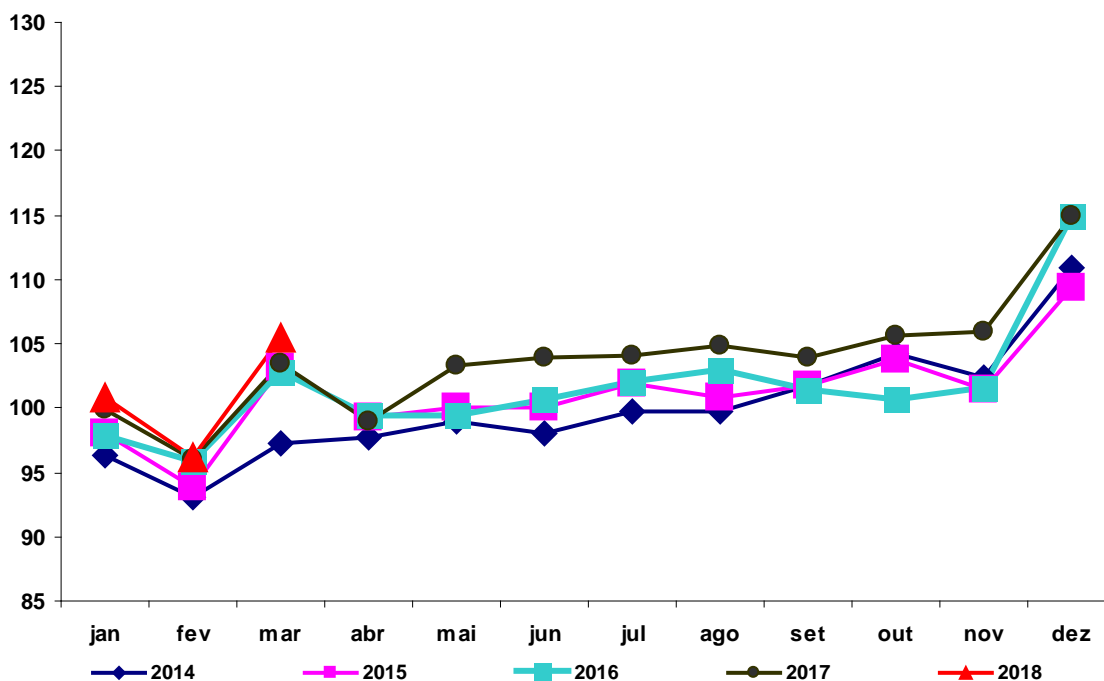
Após a queda de 0,2% em fevereiro o setor retoma a trajetória de recuperação. Nos próximos meses, deverá ocorrer continuidade no crescimento, porém sem registrar grande intensidade.

### Atividade

#### Pesquisa Mensal de Serviços (Março/2018) – IBGE

### Fato

No mês de março frente ao mês do ano anterior, o *volume de serviços* caiu 0,2% e a *receita nominal dos serviços* aumentou 1,8%, frente a igual mês do ano anterior o recuo no *volume de serviços* foi de 0,8% e a *receita nominal dos serviços* cresceu 1,9%. No acumulado em doze meses a taxa do *volume de serviços* ficou em negativos 2,0% e a *receita nominal* aumentou 2,5%.



Fonte: IBGE

#### Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

### Causa

No confronto com o mesmo mês do ano anterior, com relação ao volume de serviços houve recuo em três das cinco atividades, a queda mais intensa foi em *Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares*, 2,6%, seguido de *Serviços de Informação e Comunicação* 0,9% e *Transportes, Serviços Auxiliares, dos Transportes e Correio*, 0,4%. As duas atividades com crescimento no mês foram *Outros Serviços*, 2,2% e *Serviços Prestados às Famílias*, 1,0%, e O agregado especial das *Atividades Turísticas* apresentou queda de 0,9%.

### Consequência

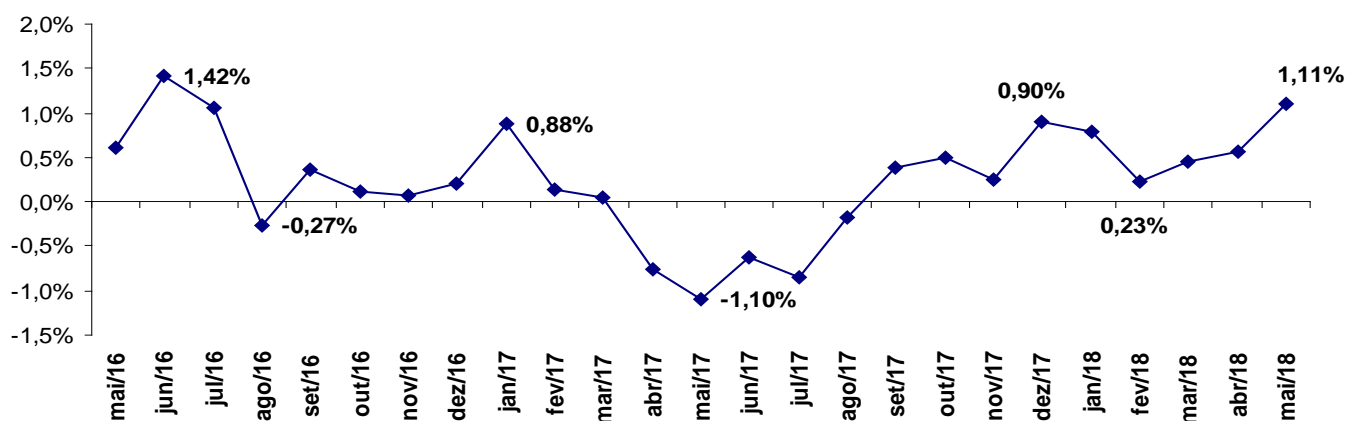
O segmento de *Serviços* segue apresentando variações negativas, embora menos expressivas do que nos períodos anteriores, devendo seguir em lento processo de recuperação.

### Inflação

#### IGP-10 (Maio/2018) – FGV

### Fato

O **IGP-10** registrou variação de 1,11% em maio, aumentando 0,55 p.p. com relação a abril. No acumulado em doze meses à variação é de 3,58%.



Fonte: FGV

### Causa

No mês de maio, dentre os componentes do **IGP**, a variação do **IPA** aumentou 0,85 p.p., apresentando variação de 1,11%. Neste, a maior aceleração foi proveniente das *Matérias-Primas Brutas*, com variação 1,81 p.p. acima do registrado em abril, chegando ao percentual de 2,24%. Contribuiu para este acréscimo *minério de ferro, soja e aves*. Os *Bens Intermediários* tiveram variação de 2,51%, resultado 1,66 p.p. maior do que a variação de abril, com destaque para *combustíveis e lubrificantes para produção*. Os *Bens Finais* tiveram recuo de 0,73 p.p., com variação de 0,04%. A maior desaceleração foi originada em *alimentos in natura*.

O **IPC** teve desaceleração de 0,02 p.p. com o grupo *Alimentação* sendo o principal responsável pela menor variação do índice, neste grupo sobressaiu-se o item *frutas*. Os grupos *Habituação, Vestuário e Educação, Leitura e Recreação* também apresentaram variações menores nos preços. O **INCC** apresentou breve aquecimento de 0,04 p.p., com menor variação em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e maior variação em *Mão de Obra*.

### Conseqüência

O **IGP-10** apresentou forte variação positiva no mês, principalmente em decorrência da maior variação em *Matérias-Primas Brutas*. Para os próximos meses, a expectativa é de retomada de variações em patamares baixos.

### Inflação

#### **IGP-M (Maio/2018) – FGV**

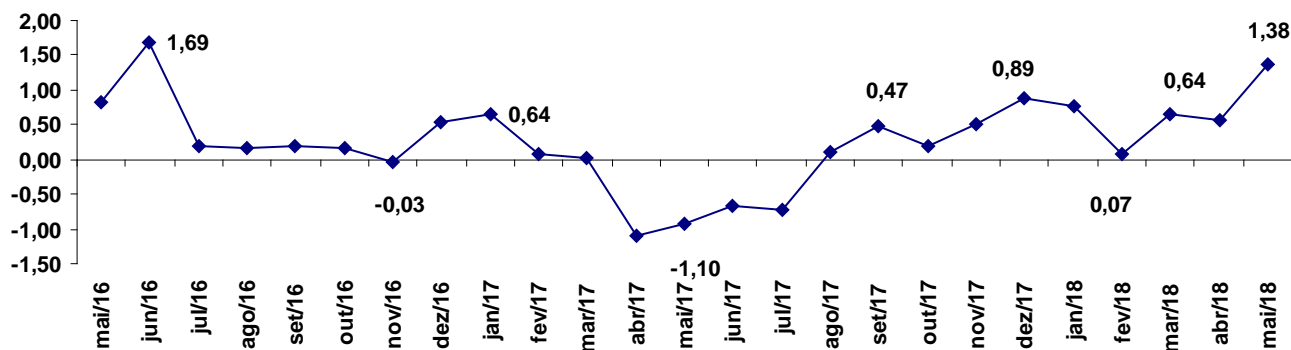
### Fato

O **IGP-M** registrou variação de 1,38% em maio, crescendo 0,81 p.p. com relação a abril. Em doze meses o acumulado é 4,26%.

### Causa

Dos índices que compõe o **IGP-M**, o **IPA**, que tem a maior participação na composição do **IGP-M** (60%), apresentou aceleração de 1,26 p.p., com variação de 1,97%. O maior aquecimento foi conseqüência principalmente do aquecimento em *Matérias-Primas Brutas*, 2,88 p.p., com destaque para *minério de ferro, aves e café*. Os *Bens Intermediários* avançaram 1,44 p.p., decorrente de *combustíveis e lubrificantes para produção*. Os *Bens Finais* tiveram variação 0,23 p.p. menor, em decorrência do recuo em *alimentos in natura*.

O **IPC** variou 0,26% em maio, recuando 0,05 p.p., com menor variação em *Transportes*, dado desaquecimento em *etanol*. Também foram computados decréscimos em *Alimentação, Vestuário e Educação, Leitura e Recreação*. No **INCC** a variação foi 0,02 p.p. superior à registrada no mês anterior, com aquecimento em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e recuo em *Mão de Obra*.



Fonte: FGV

### Consequência

Os preços tiveram forte aquecimento no mês, decorrente principalmente do aquecimento em algumas *commodities* como o *minério de ferro*. Para os próximos períodos a expectativa é de variações mais comportadas, podendo, todavia ser influenciado por *desabastecimento*, consequência da paralisação dos caminhoneiros.

### Inflação

#### IGP-DI (Abril/2018) – FGV

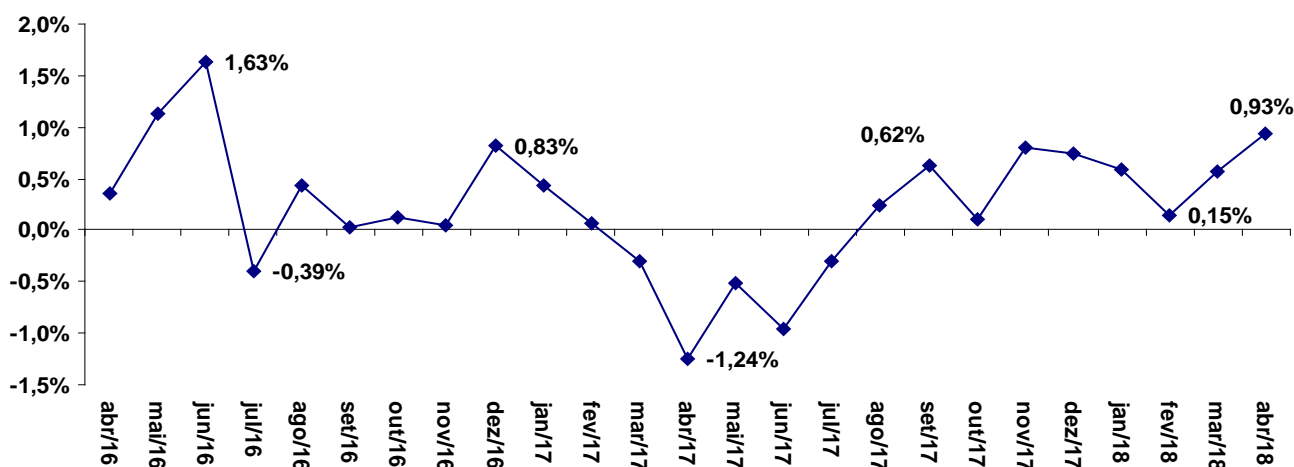
#### Fato

O Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna - IGP-DI registrou variação de 0,93% em abril, acelerando 0,37 p.p. frente ao mês anterior. Nos últimos doze meses, o índice acumula alta de 2,97%.

#### Causa

Na composição do IGP-DI, o IPA aumentou sua taxa de variação em 0,49 p.p., atingindo 1,26%. Os Bens Intermediários foram os principais responsáveis pelo avanço, registrando variação 1,15 p.p. maior do que no mês anterior, chegando a 2,00%, com destaque ascendente para *combustíveis e lubrificantes*. As Matérias-Primas Brutas tiveram aceleração de 1,00 p.p., com variação de 1,68%, sendo os principais responsáveis por este movimento os itens: *minério de ferro, soja e leite in natura*. Os Bens Finais diminuíram a taxa de variação em 0,55 p.p., por conta de *alimentos in natura*.

No IPC houve aquecimento de 0,17 p.p., decorrente da aceleração nos preços do grupo *Saúde e Cuidados Pessoais*, em decorrência da menor variação do item *medicamentos em geral*. Também apresentaram maior variação: *Alimentação, Educação, Leitura e Recreação, Comunicação, Despesas Diversas e Vestuário*. O INCC registrou aceleração de 0,05 p.p., com recuo em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e avanço em *Mão de Obra*.



Fonte: FGV

### Consequência

O IGP-DI voltou a apresentar *aceleração* no mês, principalmente decorrente do crescimento no *IPA* decorrente do *preço dos Bens Intermediários* e das *Matérias-Primas Brutas*. Como o índice aponta principalmente a variação dos *preços no varejo*, a expectativas para os próximos períodos é de algum avanço, também, para os *preços ao consumidor*.

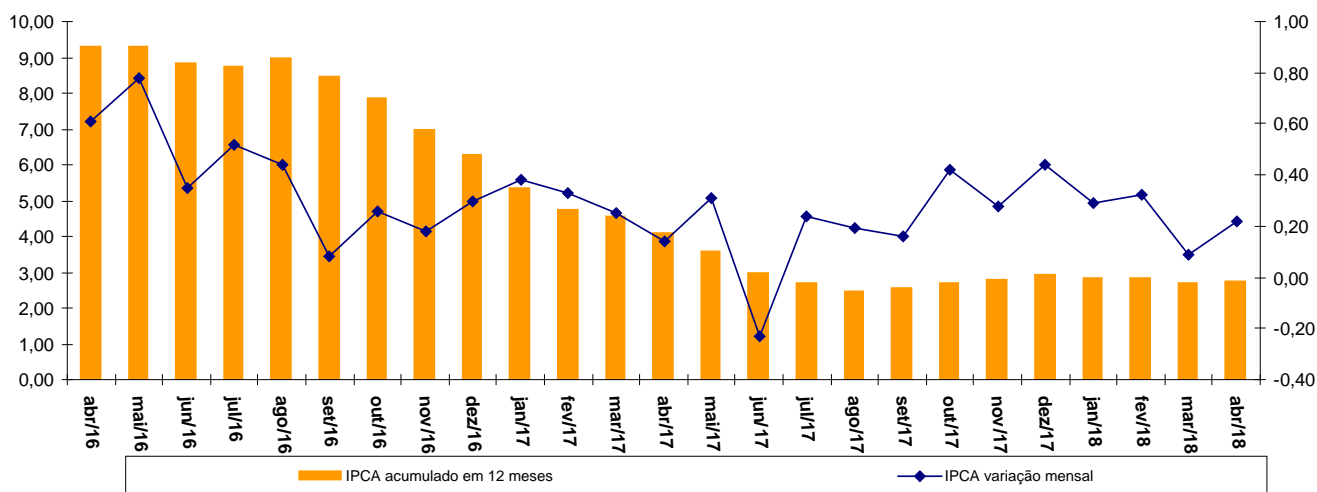
## Inflação IPCA (Abril/2018) – IBGE

### Fato

O **IPCA** variou 0,22% em abril, 0,13 p.p. acima da variação de março. O índice acumulado em doze meses é de 2,76%, 0,08 p.p. maior do registrado nos doze meses imediatamente anteriores. No ano, o acumulado ficou em 0,92%, o menor para um mês de abril desde a implantação do Plano Real. Em **Curitiba** o índice caiu 0,02 p.p., registrando variação de 0,08% em abril, 0,54% no ano e 2,98% em doze meses.

### Causa

O principal motivo para a maior variação em abril, veio da *Saúde e Cuidados Pessoais*, com variação de 0,91% e contribuição de 0,11 p.p., com destaque para *remédios e plano de saúde*. O grupo *Habituação* teve alta de 0,17% impulsionada por *energia elétrica* que variou 0,99%. Os *alimentos* registraram alta de 0,09% principalmente decorrente da variação de *cebola, hortaliças, leite longa vida e frutas*. No mês, apenas *Comunicação* apresentou deflação, 0,07%.



Fonte: IBGE

### Consequência

A exemplo de outros índices de inflação, o **IPCA** teve alta no mês. Para os próximos períodos é esperada continuidade na trajetória de queda, ficando, porém, condicionada ao comportamento dos *Alimentos*.

## Inflação IPCA - 15 (Maio/2018) – IBGE

### Fato

O **IPCA – 15** registrou variação de 0,14% em maio, 0,07 p.p. abaixo do registrado em abril. Nos últimos doze meses o acumulado é de 2,70%, e no ano, 1,23%. Em **Curitiba** a variação foi de **0,24%**, 0,10 p.p. superior ao registrado em abril, acumulando 1,17% no ano e 3,06% em doze meses.

### Causa

A desaceleração do índice foi decorrente de deflação nos grupos *Alimentação e Bebidas*, *Artigos de Residência e Transportes*, que tiveram variações negativas de 0,05%, 0,11% e 0,35%, respectivamente. No *Alimentação e Bebidas*, a queda foi decorrente de *alimentação fora*. Em *Artigos de Residência* a maior influência veio de *TV, som e informática* e por último as quedas em *etanol e passagens aéreas* contribuíram para o recuo em *Transportes*.

### Consequência

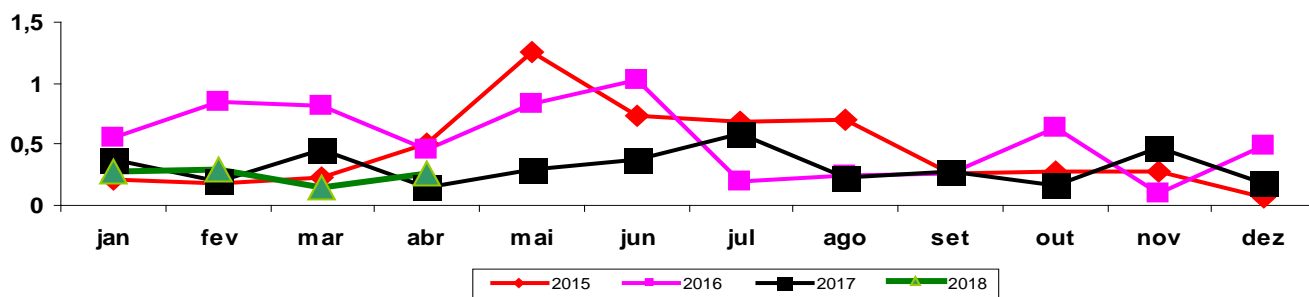
No mês o índice apresentou desaceleração, com deflação em três dos nove grupos pesquisados. Para os próximos meses as expectativas são de continuidade no arrefecimento.

## Inflação Custos e Índices da Construção Civil (Abril/2018) – IBGE - Caixa Econômica Federal

### Fato

O *Índice Nacional da Construção Civil* variou 0,26% em abril, 0,12 p.p. acima do resultado de março. Em doze meses, o acumulado é de 3,61%, maior do que o registrado nos doze meses imediatamente anteriores, 3,49%. O *custo nacional por metro quadrado* passou de R\$ 1.074,41, em março, para R\$ 1.077,16 em abril sendo R\$ 554,15 relativos aos *materiais* e R\$ 523,01 à *mão-de-obra*.

No **Estado do Paraná**, as variações foram de 0,52% no mês, 0,67% no ano e 2,40% em doze meses, e o *custo médio* atingiu R\$ 1.085,66.



Fonte: IBGE e CAIXA

### Causa

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou 0,14%, 0,49 p.p. abaixo do índice de março, e a componente *mão-de-obra*, avançou 0,59 p.p., atingindo 0,37%. No mês as variações regionais foram: 0,07% na Região Norte, 0,16% na Região Nordeste, 0,31% no Sudeste, 0,31% no Centro-Oeste, e 0,40% no Sul. Ainda na verificação regional, os *custos* foram os seguintes: Sudeste, R\$ 1.123,96, Sul, R\$ 1.115,02, Norte, R\$ 1.069,19, Centro-Oeste, R\$ 1.090,29 e Nordeste R\$ 1.003,77.

### Consequência

Apesar da pressão exercida pelo *reajuste salarial* resultado do *acordo coletivo* em Minas Gerais, o índice apresentou apenas breve avanço. Para maio deverá ocorrer *aquecimento sazonal* decorrente do *dissídio coletivo* da categoria em São Paulo, para o restante do ano não deverão ocorrer grandes sobressaltos.

### Inflação

#### IPP - Índices de Preço ao Produtor (Abril/2018) – IBGE

### Fato

O IPP apresentou variação de 1,56% em abril, ficando, portanto 0,48 p.p. superior à variação do mês anterior. No acumulado em 12 meses a variação atingiu 8,03% e no ano a variação foi de 3,54%.

### Causa

Na comparação com o mês anterior, as quatro maiores variações foram em *indústrias extrativas, refino de petróleo e produtos de álcool, outros equipamentos de transporte e madeira*. Ainda na comparação com o mês anterior as maiores influências foram *refino de petróleo e produto de álcool, alimentos, indústrias extrativas e metalurgia*.

No indicador acumulado do ano, sobressaíram-se as variações positivas em *indústrias extrativas, outros produtos químicos, metalurgia e confecção de artigos do vestuário e acessórios*. No ano as maiores influências vieram de *outros produtos químicos, refino de petróleo e produtos de álcool, indústrias extrativas, e metalurgia*.

### Consequência

A *aceleração dos preços ao produtor* que vem ocorrendo ao longo do ano, deve se configurar em menores *pressões inflacionárias* por meio do maior repasse para os *preços no varejo*.

### Operações de Crédito

#### Nota à Imprensa (Abril/2018) - BACEN

### Fato

O estoque *das operações de crédito do sistema financeiro* atingiu R\$ 3.090 bilhões em abril. A relação entre o *crédito total e o PIB* atingiu 46,5%. A *taxa média geral de juros das operações de crédito do sistema financeiro*, computadas as operações com *recursos livres e direcionados* alcançou 25,9% a.a e a *taxa de inadimplência* manteve-se estável em 3,3%.

## **Causa**

O volume total das operações de crédito em abril apresentou avanço de 0,3% no mês e 0,6% em doze meses. Os empréstimos contratados com recursos livres atingiram R\$ 1.601 bilhões, aumentando 0,6% no mês e 4,9% com relação a abril de 2017. No segmento de *pessoa jurídica*, houve crescimento de 0,4% no mês e 1,7% em doze meses, chegando à R\$ 731 bilhões, com destaque para a queda para *adiantamentos sobre contratos de câmbio*. Os empréstimos realizados às *peçoas físicas* aumentaram 0,8% no mês e 7,8% em doze meses, atingindo R\$ 870 bilhões, sobressaindo *financiamento de veículos e cartão de crédito à vista*.

No crédito direcionado houve queda de 0,1% no mês e de 3,6% em doze meses, chegando a R\$ 1.489 bilhões. Esse desempenho, no mês, resultou de decréscimos de 0,7% para *peçoas jurídicas* e aumento de 0,4% no crédito para *peçoas físicas*.

As *taxas médias geral de juros* diminuíram 0,3 p.p no mês e 4,2 p.p. nos últimos doze meses. Para *pessoa física* a *taxa média de juros* atingiu 32,8% a.a., com redução de 0,2 p.p. no mês. Nas *peçoas jurídicas*, foi registrado recuo de 0,6 p.p. em relação ao mês anterior chegando a 16,0% a.a.

A *taxa de inadimplência do sistema financeiro* manteve-se em 3,3%, com estabilidade no mês e queda de 0,6 p.p. no confronto com abril de 2017. A *taxa de inadimplência* relativa às *peçoas físicas* manteve-se estável no mês e para *peçoas físicas* houve aumento de 0,1 p.p, situando-se respectivamente em 3,6% e 3,0%, respectivamente.

## **Conseqüência**

Ao longo do ano o indicador não deverá mostrar maior expansão, devendo permanecer estável, refletindo a *tímida recuperação da atividade econômica*.

## **Setor Externo**

### **Nota à Imprensa (Abril/2018) - BACEN**

## **Fato**

Em abril, o *Saldo de Transações Correntes* registrou superávit de US\$ 620 milhões. As *reservas internacionais no conceito de liquidez* cresceram US\$ 402 milhões, totalizando US\$ 380 bilhões e a *dívida externa* somou US\$ 315,7 bilhões, com aumento de aproximadamente US\$ 900 milhões.

## **Causa**

Em doze meses, o *saldo da conta de transações correntes* registrou déficit de US\$ 8,9 bilhões, equivalente a 0,43% do PIB. Na conta de renda primária, os gastos com juros somaram US\$ 1,2 bilhão no mês mesmo valor das despesas líquidas de lucros. Na *conta financeira*, os ingressos líquidos de *investimentos diretos no país* somaram US\$ 2,6 bilhões no mês, acumulando US\$ 61,7 bilhões nos últimos doze meses.

A movimentação das *reservas*, durante o mês de abril foi conseqüência, principalmente, de *operações de compra e receitas de remuneração de reservas*. A *dívida externa* de médio e longo prazo diminui US\$ 1,5 bilhão, atingindo US\$ 260,6 bilhões e a de curto prazo chegou em US\$ 55,2 bilhões, com queda de US\$ 2,5 bilhões.

## **Conseqüência**

Os *indicadores externos da economia brasileira* apresentam estabilidade, com significativa melhora e diminuição da preocupação como o *déficit em transações correntes*.

## **Política Fiscal**

### **Nota à Imprensa (Abril/2018) - BACEN**

## **Fato**

Em abril, o *setor público não financeiro* registrou *superávit primário* de R\$ 2,9 bilhões. No acumulado no ano o *superávit* atingiu R\$ 7,3 bilhões e considerando o fluxo de doze meses o *déficit* é de R\$ 118,4 bilhões (1,78% do PIB). A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 3.448 bilhões (51,9% do PIB), diminuindo 0,5 p.p. do PIB no confronto com o mês anterior e aumentando 0,3 p.p. no ano. O *montante dos juros apropriados* atingiu R\$ 29,7 bilhões, no mês, e R\$ 380,9 bilhões, em doze meses (5,73% do PIB). O *resultado nominal* registrou *déficit* de R\$ 26,8 bilhões no mês e 499,3 bilhões, 7,51% do PIB em doze meses.

## **Causa**

Na composição do *superávit primário*, no mês, o *Governo Central* e as *Empresas Estatais* registraram por ordem *superávit* de R\$ 5,4 bilhões e R\$ 26 milhões. Os *Governos Regionais* tiveram déficit de R\$ 2,5 bilhões. Com relação aos *juros apropriados* em doze meses, houve estabilidade como *proporção do PIB* em relação a março. Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público* como percentual do PIB, no ano, o avanço foi conseqüência da *incorporação dos juros*. O *superávit primário*, o efeito da *desvalorização cambial acumulada* e o *crescimento do PIB nominal* mitigaram este crescimento.

## **Conseqüência**

Como conseqüência da *desaceleração da atividade econômica* e de *adoção de políticas expansionistas* num passado recente, o resultado de *déficit acumulado* tem se repetido nos últimos meses. Para os próximos períodos é esperada continuidade na busca da geração de *superávit primário mensal*.



**EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2018-2022**

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2018	2,43	6,50	3,46	3,58
2019	3,01	7,31	3,43	4,07
2020	2,68	8,09	3,50	4,02
2021	2,64	8,08	3,55	3,94
2022	2,63	7,99	3,61	3,86

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 25/05/2018 Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

**DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL ÚLTIMOS 10 ANOS ABRIL 2008-2018**

ABR/ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2008	28,43	0,17	13,45	0,77	42,82
2009	25,6	-0,67	12,87	0,84	38,65
2010	28,3	-1,2	11,72	0,66	39,48
2011	26,72	-1,14	11,23	0,62	37,42
2012	23,48	-0,99	10,45	0,55	33,49
2013	22,32	-1,23	10,48	0,58	32,16
2014	20,58	-0,96	10,57	0,58	30,76
2015	22,28	-1,99	11,33	0,72	32,35
2016	28,62	-2,59	12,01	0,9	38,95
2017	37,83	-2,79	11,61	0,88	47,53
2018	41,54	-2,72	12,11	0,94	51,87

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC.

**VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM CURITIBA – ABRIL/2018**

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	24.765	69,39	35.692	25,30	97.891	1,90	1.305.225
DESLIGAMENTOS	23.229	70,60	32.903	26,20	88.663	1,95	1.189.327
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	665.524	70,09	949.559	25,90	2.569.121	1,76	37.868.331
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	150.103	72,00	208.482	23,39	641.673	1,86	8.055.690
VARIAÇÃO ABSOLUTA	1.536	-	2.789	-	9.228	-	115.898

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

**VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – ABRIL /2018**

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	3.307	9,27	35.692	3,38	97.891	0,25	1.305.225
DESLIGAMENTOS	2.723	8,28	32.903	3,07	88.663	0,23	1.189.327
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	84.744	8,92	949.559	3,30	2.569.121	0,22	37.868.331
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.340	6,88	208.482	2,23	641.673	0,18	8.055.690
VARIAÇÃO ABSOLUTA	584	-	2.789	-	9.228	-	115.898

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM ARAUCÁRIA – ABRIL /2018

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	1.188	3,33	35.692	1,21	97.891	0,09	1.305.225
DESLIGAMENTOS	1.353	4,11	32.903	1,53	88.663	0,11	1.189.327
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	37.328	3,93	949.559	1,45	2.569.121	0,10	37.868.331
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.552	2,66	208.482	0,87	641.673	0,07	8.055.690
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-165	-	2.789	-	9.228	-	115.898

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) - MAI/2017 – ABR/2018

DIA	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17
1	85.495,24	85.377,79				62288,52		66.516,23			73.823,74	72.264,45
2	77.891,04	84041,34	85.761,34	<b>84.666,44</b>	66721,74	62510,69		67.135,99		74.359,82		
3	77.995,16			<b>84.623,46</b>	66093,78		63279,58	66.777,13		76.762,91	73.915,42	
4	78.647,42			<b>84.359,69</b>	64862,6		63231,59	66.897,98	72.128,83	76.591,44		73.090,17
5	79.071,47	81.861,09	86.022,83	<b>85.209,66</b>	65709,73	62450,45	63154,17		72.150,87	76.617,52		72.546,17
6		83.894,04	85.653,02	<b>84.820,42</b>		62954,69	62470,33		73.412,41	76.054,71	74.310,79	73.268,35
7		82.766,73	85.483,55			63170,73	62322,4	67.939,65			72.414,87	72.487,46
8	79.378,54	81.532,53	84.984,61		65526,04	62755,57		67.898,93	73.078,85		74.363,13	72.731,84
9	78863,54	80898,7	86.371,41	<b>83.307,23</b>	66277,67	62210,55		67.671,06		75.726,80	72.930,69	
10	78200,57			<b>84.510,36</b>	67349,72		63025,46	66.992,08		76.897,20	72.165,63	
11	79.365,44			<b>85.245,59</b>	67537,61		63832,15	67.358,58	74.319,21	76.659,80		72.800,04
12	79.349,12		86.900,43	<b>85.443,53</b>	68221,94	61700,23	64835,55		74.538,55			73.813,53
13			86.383,85	<b>84.334,41</b>		61828,99	65178,34		74.787,56	76.989,78	72.475,17	72.914,33
14		83.542,84	86.050,96			61922,92	65436,17	68.284,66	74.656,68		70.826,59	72.428,93
15	79.752,37	84.290,57	84.928,20		68474,18			68.355,12	75.756,51			72.607,70
16	79831,76	84524,58	84.886,49	<b>82.861,58</b>	68684,49	61626,41		68.594,29		76.891,83	72.511,79	
17	81189,16			<b>84.086,13</b>	67540,25		65212,31	67.976,79		76.201,25	73.437,28	
18	80.962,65			<b>85.776,46</b>	61597,05		65337,66	68.714,65	75.990,40	76.591,09		73.115,45
19	81.219,50	84.792,71	83.913,06	<b>85.824,26</b>	62639,3	62014,03	65179,92		75.974,18	76.283,16		72.680,37
20		85.803,96	84.163,80	<b>85.550,09</b>		60766,15	64938,01		76.004,15	76.390,51		73.367,03
21		86.051,82	84.976,59			60761,74	64684,18	68.634,64	75.604,34		74.594,61	75.133,43
22	81.675,42	86.686,45	84.767,88		61673,49	61272,21		70.011,25	75.389,75		74.518,79	75.186,53
23	80678,35		84.377,19	<b>85.602,50</b>	62662,48	61087,13		70.477,63		75.413,13	74.486,58	
24	83680			<b>85.469,08</b>	63257,35		65099,55	71.132,79		76.350,19	74.157,37	
25		87293,24		<b>85.044,39</b>	63226,78		65667,62	71.073,65	74.443,47	76.671,13		
26	85.530,84	87.652,64	85.087,86	<b>86.383,20</b>	64085,41	62188,08	65010,57		74.318,72	75.896,35		75.707,73
27		86.935,44	83.808,06	<b>86.444,66</b>		61675,46	65277,38		73.796,71	75.975,71	74.058,92	76.072,54
28		85.353,60	83.874,14			62017,97	65497,12	71.016,59	73.567,24		74.139,72	76.402,08
29	84698,01		85.365,56		63760,94	62238,95		71.329,85	74.293,50		72.700,45	
30	84482,46			<b>86.115,50</b>	63962,26	62899,97		70.886,25		74.800,33	71.970,99	
31	84912,7				62711,47		65920,36	70.835,05		74.308,49		
MÍNIMO	77.891,04	80.898,70	83.808,06	<b>82.861,58</b>	61597,05	60761,74	62322,4	66.516,23	71.923,11	74.308,49	70.826,59	72.264,45
MÁXIMO	85.530,84	87.652,64	86.900,43	<b>86.444,66</b>	68684,49	63170,73	65920,36	71.329,85	76.004,15	76.989,78	74.594,61	76.402,00

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

**PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DEZ/2000–MAI/2018**

MÊS/ANO	SÃO PAULO	PARANÁ			
	Arroz (30 Kg)	Feijão Preto (30 Kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 Kg)	Milho (60 Kg)
Dez/00	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30
Dez/01	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78
Dez/02	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37
Dez/03	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
Dez/04	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
Dez/05	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
Dez/06	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
Dez/07	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
Dez/08	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
Dez/09	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
Dez/10	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
Dez/11	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
Dez/12	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
Dez/13	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
Dez/14	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
Dez/15	62,10	87,64	1314,07	43,30	29,39
Jan/16	66,85	106,78	1397,50	44,10	36,59
Fev/16	68,55	100,91	1404,32	45,16	38,67
Mar/16	69,97	96,83	1140,93	45,29	41,08
Abr/16	69,89	98,09	1110,13	46,60	46,10
Mai/16	71,45	107,83	1319,96	46,19	49,96
Jun/16	73,02	131,01	1572,48	53,74	49,13
Jul/16	69,81	158,53	1489,45	53,68	41,15
Ago/16	74,62	152,55	1353,58	50,77	40,86
Set/16	77,21	148,65	1281,50	43,34	37,86
Out/16	77,58	161,76	1211,86	39,45	38,32
Nov/16	...	155,06	1220,52	38,25	35,63
Dez/16	...	147,81	1212,32	37,62	34,81
Jan/17	...	125,18	1153,42	37,19	32,92
Fev/17	...	106,44	1.138,59	36,14	30,25
Mar/17	...	104,81	1.063,18	35,70	27,89
Abr/17	...	96,55	1.012,31	36,25	25,67
Mai/17	59,60	101,82	1.015,39	36,57	25,61
Jun/17	60,40	111,60	1.018,95	37,46	24,36
Jul/17	61,48	99,96	1.087,77	38,73	22,84
Ago/17	66,48	92,36	1.014,63	40,70	22,39
Set/17	64,44	92,02	1.017,38	36,87	24,68
Out/17	82,26	92,86	1.068,59	35,95	26,08
Nov/17	82,86	85,59	1.077,22	37,79	27,27
Dez/17	79,60	81,72	1.162,92	38,74	27,86
Jan/18	83,14	79,72	1.163,73	39,32	28,30
Fev/18	72,16	89,02	1.263,78	39,07	29,23
Mar/18	75,50	88,21	1.326,18	42,40	36,45
Abr/18	80,26	87,22	1.413,59	47,15	37,65
Mai/18	...	90,88	1.490,00	54,95	38,94

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); CONAB; SEAB-PR NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha.  
Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível

## INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837(1)	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848(3)	Índice Ibovespa 7845	Emissão Primária de Debêntures (R\$ milhões) 7841	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 (3)	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 (4)
DEZ/07	912.869	1.764.961	63.886	1.068	13.265	2.652
DEZ/08	917.297	1.087.640	37.550	0	8.776	1.577
DEZ/09	1.086.267	1.739.615	68.588	2.720	10.428	2.269
DEZ/10	1.286.654	2.070.752	69.304	2.025	11.578	2.653
DEZ/11	1.501.728	1.833.723	56.754	220	12.218	2.605
DEZ/12	1.786.186	1.961.800	60.952	850	13.104	3.020
DEZ/13	1.939.384	1.889.777	51.507	300	16.577	4.177
DEZ/14	2.156.887	1.824.499	50.007	0	17.823	4.736
JAN/15	2.192.912	1.744.785	46.907	10.000	17.165	4.635
FEV/15	2.226.999	1.897.789	51.583	551	18.133	4.964
MAR/15	2.260.558	1.885.819	51.150	321	17.776	4.901
ABR/15	2.282.144	2.066.170	56.229	4.600	17.841	4.941
MAI/15	2.235.805	1.949.062	52.760	0	18.011	5.070
JUN/15	2.355.165	1.973.591	53.080	0	17.620	4.987
JUL/15	2.388.160	1.903.496	50.864	740	17.690	5.128
AGO/15	2.425.397	1.754.227	46.625	0	16.528	4.777
SET/15	2.343.942	1.700.335	45.059	1.350	16.285	4.620
OUT/15	2.448.624	1.678.886	45.868	1.892	17.664	5.054
NOV/15	2.465.544	1.658.564	45.120	0	17.720	5.109
DEZ/15	2.472.963	1.591.222	43.349	1.185	17.425	5.007
JAN/16	2.522.931	1.506.705	40.405	0	16.466	4.614
FEV/16	2.553.705	1.560.784	42.793	0	16.517	4.558
MAR/16	2.599.654	1.795.296	50.055	20.000	17.685	4.870
ABR/16	2.635.683	1.917.723	53.910	0	17.831	4.775
MAI/16	2.670.626	1.740.045	48.471	0	17.787	4.948
JUN/16	2.690.456	1.821.192	51.526	0	17.930	4.843
JUL/16	2.738.202	2.004.423	57.308	0	18.432	5.162
AGO/16	2.795.674	2.029.117	57.901	0	18.401	5.213
SET/16	2.820.714	2.044.580	58.367	0	18.308	5.312
OUT/16	2.860.310	2.234.166	64.924	878	18.142	5.190
NOV/16	2.887.156	2.134.704	61.906	0	19.124	5.324
DEZ/16	2.953.369	2.078.361	60.227	975	19.763	5.383
JAN/17	3.035.796	2.239.112	64.670	0	19.864	5.615
FEV/17	3.088.727	2.324.811	66.662	0	20.822	5.825
MAR/17	3.158.822	2.245.686	64.984	300	20.663	5.912
ABR/17	3.169.398	2.243.197	65.403	432	20.941	6.048
MAI/17	3.203.771	2.159.216	62.711	0	21.009	6.199
JUN/17	3.243.842	2.149.502	62.899	0	21.350	6.144
JUL/17	3.310.407	2.249.025	65.920	1.091	21.891	6.348
AGO/17	3.386.195	2.400.515	70.835	0	21.948	6.429
SET/17	3.426.878	2.517.247	74.293	0	22.405	6.453
OUT/17	3.468.644	2.538.691	74.308	4.537	23.377	6.728
NOV/17	3.460.553	2.454.073	71.970	0	24.272	6.874
DEZ/17	3.462.583	2.575.884	76.402	0	24.719	6.903
JAN/18	3.526.747	2.916.247	84.912	0	26.149	7.411
FEV/18	3.550.673	2.928.154	85.353	268	25.029	7.273
MAR/18	3.584.745	2.965.390	85.365	0	24.103	7.063
ABR/18	3.610.305	2.961.895	86.115	529	24.163	7.066

FONTES: (1) BANCO CENTRAL DO BRASIL, (2) BOVESPA (ÍNDICE DE FECHAMENTO DO ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS), (3) DOW JONES, (4) NASDAQ

NOTA: para os anos de 2007 a 2014, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano. Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

**BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1997 - 2018**  
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB
1997	4.853.587.000	14,00	3.306.968.000	36,00	1.546.619.000
1998	4.227.995.000	-13,00	4.057.589.000	23,00	170.406.000
1999	3.932.659.000	-7,00	3.699.490.000	-9,00	233.169.000
2000	4.394.161.676	0,00	4.686.228.819	0,00	-292.067.143
2001	5.320.210.841	21,07	4.928.952.244	5,18	391.258.597
2002	5.703.081.036	7,20	3.333.392.117	-32,37	2.369.688.919
2003	7.157.852.544	25,51	3.486.050.508	4,58	3.671.802.036
2004	9.405.025.640	31,39	4.026.146.368	15,49	5.378.879.272
2005	10.033.532.895	6,68	4.527.236.933	12,45	5.506.295.962
2006	10.016.337.731	-0,17	5.977.970.879	32,04	4.038.366.852
2007	12.352.857.472	23,33	9.017.987.693	50,85	3.334.869.779
2008	15.247.184.111	23,43	14.570.222.035	61,57	676.962.076
2009	11.222.826.796	-26,39	9.620.843.086	-33,97	1.601.983.710
2010	14.175.843.943	26,31	13.956.956.807	45,07	218.887.136
2011	17.394.275.271	22,70	18.767.762.576	34,47	-1.373.487.305
2012	17.709.590.951	1,81	19.387.793.769	3,30	-1.678.202.818
2013	18.239.201.710	2,99	19.345.381.499	-0,22	-1.106.179.789
2014	16.332.120.489	-10,46	17.295.813.435	-10,59	-963.692.946
2015	14.909.080.745	-8,71	12.448.504.088	-28,03	2.460.576.657
2016	15.171.099.837	1,76	11.092.307.396	-10,89	4.078.792.441
2017	18.082.394.413	19,19	11.518.546.039	3,84	6.563.848.374
JAN-ABR/2018	5.561.629.893	0,81	3.771.348.927	3,22	1.790.280.966

FONTE: MDIC/SECEX

**BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1997 - 2018**  
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)	
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%
1997	52.982.726.000	10,97	59.747.227.000	12,00	-6.764.501.000	20,82
1998	51.139.862.000	-3,48	57.763.476.000	-3,32	-6.623.614.000	-2,08
1999	48.012.790.000	-6,11	49.301.558.000	-14,65	-1.288.768.000	-80,54
2000	55.118.919.865	0,00	55.850.663.138	0,00	-731.743.273	-43,22
2001	58.286.593.021	5,75	55.601.758.416	-0,45	2.684.834.605	-466,91
2002	60.438.653.035	3,69	47.242.654.199	-15,03	13.195.998.836	391,50
2003	73.203.222.075	21,12	48.325.566.630	2,29	24.877.655.445	88,52
2004	96.677.498.766	32,07	62.835.615.629	30,03	33.841.883.137	36,03
2005	118.529.184.899	22,60	73.600.375.672	17,13	44.928.809.227	32,76
2006	137.807.469.531	16,26	91.350.840.805	24,12	46.456.628.726	3,40
2007	160.649.072.830	16,58	120.617.446.250	32,04	40.031.626.580	-13,83
2008	197.942.442.909	23,21	172.984.767.614	43,42	24.957.675.295	-37,66
2009	152.994.742.805	-22,71	127.722.342.988	-26,17	25.272.399.817	1,26
2010	201.915.285.335	31,98	181.768.427.438	42,32	20.146.857.897	-20,28
2011	256.039.574.768	26,81	226.246.755.801	24,47	29.792.818.967	47,88
2012	242.578.013.546	-5,26	223.183.476.643	-1,35	19.394.536.903	-34,90
2013	242.033.574.720	-0,22	239.747.515.987	7,42	2.286.058.733	-88,21
2014	225.100.884.831	-7,00	229.154.462.583	-4,42	-4.053.577.752	-277,32
2015	191.134.324.584	-15,09	171.449.050.909	-25,18	19.685.273.675	-585,63
2016	185.235.400.805	-3,09	137.552.002.856	-19,77	47.683.397.949	142,23
2017	217.739.177.077	17,55	150.749.452.949	9,59	66.989.724.128	40,49
JAN-ABR/2018	74.532.568.807	9,40	54.210.449.242	15,92	20.322.119.565	...

FONTE: DIC/SECEX

## OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS - (Complexo soja e trigo) SAFRAS 2011/2018 (Mil toneladas)

PRODUTO	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em pluma	2011/12	521,7	1.893,3	3,5	2.418,5	895,2	1.052,8	470,5
	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	883,5	748,6	438,5
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.289,2	27,0	1.665,3	660,0	804,0	201,3
	2016/17	201,3	1.529,5	33,6	1.764,4	685,0	834,1	245,3
	2017/18	245,3	1.942,2	10,0	2.197,5	720,0	975,0	502,5
Arroz em casca	2011/12	2.569,5	11.599,5	1.068,0	15.237,0	11.656,5	1.455,2	2.125,3
	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	807,2	14.010,9	11.954,3	1.188,4	868,2
	2014/15	868,2	12.448,6	503,3	13.820,1	11.495,1	1.362,1	962,9
	2015/16	962,9	10.603,0	1.187,4	12.753,3	11.428,8	893,7	430,8
	2016/17	430,8	12.327,8	1.042,0	13.800,6	11.700,0	1.064,7	1.035,9
	2017/18	1.035,9	11.531,8	1.000,0	13.567,7	12.000,0	1.000,0	567,7
Feijão	2011/12	686,4	2.918,4	312,3	3.917,1	3.500,0	43,3	373,8
	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.210,2	156,7	3.670,7	3.350,0	122,6	198,1
	2015/16	198,1	2.512,9	325,0	3.036,0	2.800,0	50,0	186,0
	2016/17	186,0	3.399,5	150,0	3.735,5	3.300,0	125,0	310,5
	2017/18	310,5	3.398,1	120,0	3.828,6	3.300,0	125,0	403,6
Milho	2011/12	4.459,6	72.979,5	774,0	78.213,1	51.894,0	22.313,7	4.005,4
	2012/13	4.005,4	81.505,7	911,4	86.422,5	53.263,8	26.174,1	6.984,6
	2013/14	6.984,6	80.051,7	790,7	87.827,0	54.503,1	20.924,8	12.399,1
	2014/15	12.399,1	84.672,4	316,1	97.387,6	56.611,1	30.172,3	10.604,2
	2015/16	10.604,2	66.530,6	3.338,1	80.472,9	54.639,8	18.883,2	6.949,9
	2016/17	6.949,9	97.842,8	953,6	105.746,3	57.199,0	30.836,7	17.710,6
	2017/18	17.710,6	89.207,6	500,0	107.418,2	59.000,0	32.000,0	16.418,2
Soja em grãos	2011/12	3.020,4	66.383,0	266,5	69.669,9	36.754,0	32.468,0	447,9
	2012/13	447,9	81.499,4	282,8	82.230,1	38.694,3	42.791,9	743,9
	2013/14	743,9	86.120,8	578,7	87.443,5	40.200,0	45.692,0	1.551,5
	2014/15	1.551,5	96.228,0	324,1	98.103,6	42.850,0	54.324,2	929,4
	2015/16	929,4	95.434,6	400,0	96.764,0	43.700,0	51.581,9	1.482,1
	2016/17	1.482,1	114.075,3	300,0	115.857,4	46.100,0	68.154,5	1.602,9
	2017/18	1.602,9	116.995,9	400,0	118.998,8	47.400,0	69.000,0	2.598,8
Farelo de Soja	2011/12	3.176,7	26.026,0	5,0	29.207,7	14.051,1	14.289,0	867,6
	2012/13	867,6	27.258,0	3,9	28.129,5	14.350,0	13.333,5	446,0
	2013/14	446,0	28.336,0	1,0	28.783,0	14.799,3	13.716,3	267,4
	2014/15	267,4	30.492,0	1,1	30.760,5	15.100,0	14.826,7	833,8
	2015/16	833,8	30.954,0	0,8	31.788,6	15.500,0	14.443,8	1.844,8
	2016/17	1.844,8	32.186,0	1,0	34.031,8	17.000,0	14.177,1	2.854,7
	2017/18	2.854,7	33.110,0	1,0	35.965,7	17.500,0	15.800,0	2.665,7
Óleo de soja	2011/12	988,0	6.591,0	1,0	7.580,0	5.172,4	1.757,1	650,5
	2012/13	650,5	6.903,0	5,0	7.558,5	5.556,3	1.362,5	639,7
	2013/14	639,7	7.176,0	0,1	7.815,8	5.930,8	1.305,1	579,9
	2014/15	579,9	7.722,0	25,3	8.327,2	6.359,2	1.669,9	298,1
	2015/16	298,1	7.839,0	66,1	8.203,2	6.380,0	1.254,2	569,0
	2016/17	569,0	8.151,0	40,0	8.760,0	6.800,0	1.342,5	617,5
	2017/18	617,5	8.385,0	40,0	9.042,5	7.100,0	1.500,0	442,5
Trigo	2011	2.201,6	5.788,6	6.011,8	14.002,0	10.144,9	1.901,0	1.956,1
	2012	1.956,1	4.379,5	7.010,2	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	6.642,4	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	1.174,6	5.534,9	5.517,6	12.227,1	10.367,3	1.050,5	809,3
	2016	809,3	6.726,8	7.088,5	14.624,6	11.517,7	576,8	2.530,1
	2017	2.530,1	4.263,5	6.500,0	13.293,6	11.287,4	400,0	1.606,2
	2018	1.606,2	4.871,5	6.500,0	12.977,7	11.287,4	400,0	1.290,3

Fonte: CONAB – 8º levantamento, maio 2018. (disponível em: [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br))

Notas: Estimativa em abril 2018/ Estoque de Passagem - Algodão, Feijão e Soja: 31 de dezembro - Arroz 28 de fevereiro - Milho 31 de janeiro - Trigo 31 de julho.

**PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES – 1989-2018**  
(Mil toneladas e mil hectares)

Ano	Brasil			Maiores Estados Produtores									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
			(Kg/ha)	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.434	33.251	2.870	26.031	9.140	16.845	5.451	10.250	3.285	7.241	2.430	4.731	1.469
2016/2017	114.075	33.909	3.364	30.514	9.323	19.586	5.250	10.819	3.279	8.576	2.522	5.067	1.456
2017/2018	116.996	35.100	3.333	31.887	9.519	19.070	5.444	11.583	3.387	9.560	2.671	5.376	1.490

FONTE: CONAB – 8º Levantamento - Safra 2017/18 (disponível em: [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br)) Nota: Estimativa em maio/2018.

**TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2004-2017**

PAÍSES	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	5,40	4,90	5,40	5,60	3,00	-0,10	5,40	4,30	3,50	3,50	3,60	3,50	3,20	3,80
África do Sul	4,60	5,30	5,60	5,40	3,20	-1,50	3,00	3,30	2,20	2,50	1,80	1,30	0,60	1,30
Alemanha	0,70	0,90	3,90	3,40	0,80	-5,60	3,90	3,70	0,70	0,60	1,90	1,50	1,90	2,50
Argentina	9,00	8,90	8,00	9,00	4,10	-5,90	10,10	6,00	-1,00	2,40	-2,50	2,70	-1,80	2,90
Bolívia	4,20	4,40	4,80	4,60	6,10	3,40	4,10	5,20	5,10	6,80	5,50	4,90	4,30	4,20
Brasil	5,80	3,20	4,00	6,10	5,10	-0,10	7,50	4,00	1,90	3,00	0,50	-3,50	-3,50	1,00
Canadá	3,10	3,20	2,60	2,10	1,00	-2,90	3,10	3,10	1,70	2,50	2,90	1,00	1,40	3,00
Chile	7,20	5,70	6,30	4,90	3,60	-1,60	5,80	6,10	5,30	4,10	1,80	2,30	1,30	1,50
China	10,10	11,30	12,70	14,20	9,60	9,20	10,60	9,50	7,90	7,80	7,30	6,90	6,70	6,90
Colômbia	5,30	4,70	6,70	6,90	3,50	1,70	4,00	6,60	4,00	4,90	4,40	3,10	2,00	1,80
Coréia do Sul	4,9	3,92	5,18	5,46	2,83	0,71	6,5	3,68	2,29	2,9	3,34	2,79	2,83	3,10
Equador	8,20	5,30	4,40	2,20	6,40	0,60	3,50	7,90	5,60	4,90	4,00	0,20	-1,50	2,70
Estados Unidos	3,80	3,30	2,70	1,80	-0,30	-2,80	2,50	1,60	2,20	1,70	2,60	2,90	1,50	2,30
França	2,80	1,60	2,40	2,40	0,20	-2,90	2,00	2,10	0,20	0,60	0,90	1,10	1,20	1,80
Índia	7,80	9,30	9,30	9,80	3,90	8,50	10,30	6,60	5,50	6,40	7,50	8,00	7,10	6,70
Indonésia	5,00	5,70	5,50	6,30	7,40	4,70	6,40	6,20	6,00	5,60	5,00	4,90	5,00	5,10
Itália	1,60	0,90	2,00	1,50	-1,10	-5,50	1,70	0,60	-2,80	-1,70	0,10	0,80	0,90	1,50
Japão	2,20	1,70	1,40	1,70	-1,10	-5,40	4,20	-0,10	1,50	2,00	0,40	1,40	0,90	1,70
México	3,90	2,30	4,50	2,30	1,10	-5,30	5,10	3,70	3,60	1,40	2,80	3,30	2,90	2,00
Paraguai	4,10	2,10	4,80	5,40	6,40	-4,00	13,10	4,30	-1,20	14,00	4,70	3,00	4,00	4,30
Peru	9,60	9,00	7,10	5,00	0,80	-4,70	8,50	11,10	4,80	8,50	5,20	6,10	3,20	7,00
Reino Unido	2,50	3,00	2,50	2,60	-0,60	-4,30	1,90	1,50	1,30	1,90	3,10	2,20	1,80	1,70
Rússia	7,20	6,40	8,20	8,50	5,20	-7,80	4,50	5,10	3,70	1,80	0,70	-2,80	-0,20	1,80
Tailândia	6,30	4,20	5,00	5,40	1,70	-0,70	7,50	0,80	7,20	2,70	1,00	3,00	3,30	3,90
Uruguai	4,60	6,80	4,10	6,50	7,20	4,20	7,80	5,20	3,50	4,60	3,20	0,40	1,50	3,10
Venezuela	18,30	10,30	9,90	8,80	5,30	-3,20	-1,50	4,20	5,60	1,30	-3,90	-6,20	-16,50	-14,00

FONTES: Fundo Monetário Internacional, International Financial Statistics IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

**TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2004-2017**

PAÍSES	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	3,80	4,10	4,10	4,30	6,30	2,70	3,70	5,00	4,10	3,70	3,20	2,80	3,00	3,50
África do Sul	1,40	3,40	4,60	7,20	11,00	7,10	4,30	5,00	5,60	5,80	6,10	4,60	6,30	5,40
Alemanha	1,80	1,90	1,80	2,30	2,80	0,20	1,10	2,50	2,10	1,60	0,80	0,10	0,40	1,70
Argentina	4,40	9,60	10,90	8,80	8,60	6,30	10,50	9,80	10,00	10,60	0,80	0,10	0,40	25,70
Bolívia	4,40	5,40	4,30	6,70	14,00	3,30	2,50	9,90	4,50	5,70	5,80	4,10	3,60	2,80
<b>Brasil</b>	<b>6,60</b>	<b>6,90</b>	<b>4,20</b>	<b>3,60</b>	<b>5,70</b>	<b>4,90</b>	<b>5,00</b>	<b>6,60</b>	<b>5,40</b>	<b>6,20</b>	<b>6,30</b>	<b>9,00</b>	<b>8,70</b>	<b>3,50</b>
Canadá	1,80	2,20	2,00	2,10	2,40	0,30	1,80	2,90	1,50	0,90	1,90	1,10	1,40	1,60
Chile	1,10	3,10	3,40	4,40	8,70	1,50	1,40	3,30	3,00	1,90	4,40	4,30	3,80	2,20
China	3,90	1,80	1,50	4,80	5,90	-0,70	3,30	5,40	2,60	2,60	2,00	1,40	2,00	1,60
Colômbia	5,90	5,10	4,30	5,50	7,00	4,20	2,30	3,40	3,20	2,00	2,90	5,00	7,50	4,30
Coréia do Sul	2,75	2,24	2,53	4,67	2,76	2,94	4,03	2,19	1,3	1,27	0,71	0,97	2,75	...
Equador	2,70	2,20	3,30	2,30	8,40	5,20	3,60	4,50	5,10	2,70	3,60	4,00	1,70	0,40
Estados Unidos	2,70	3,40	3,20	2,90	3,80	-0,30	1,60	3,10	2,10	1,50	1,60	0,10	1,30	2,10
França	2,30	1,90	1,90	1,60	3,20	0,10	1,70	2,30	2,20	1,00	0,60	0,10	0,30	1,20
Índia	3,80	4,40	6,70	6,20	9,10	10,60	9,50	9,50	10,00	9,40	5,80	4,90	4,50	3,60
Indonésia	6,10	10,50	13,10	6,70	9,80	5,00	5,10	5,30	4,00	6,40	6,40	6,40	3,50	3,80
Itália	2,30	2,20	2,20	2,00	3,50	0,80	1,60	2,90	3,30	1,20	0,20	0,10	-0,10	1,30
Japão	0,00	-0,30	0,30	0,10	1,40	-1,30	-0,70	-0,30	-0,10	0,30	2,80	0,80	-0,10	0,50
México	4,70	4,00	3,60	4,00	5,10	5,30	4,20	3,40	4,10	3,80	4,00	2,70	2,80	6,00
Paraguai	4,30	6,80	9,60	8,10	10,20	2,60	4,70	8,30	3,70	2,70	5,00	3,10	4,10	3,60
Peru	3,70	1,60	2,00	1,80	5,80	2,90	1,50	3,40	3,70	2,80	3,20	3,50	3,60	2,80
Reino Unido	1,30	2,10	2,30	2,30	3,60	2,20	3,30	4,50	2,80	2,60	1,50	0,00	0,70	2,70
Rússia	10,90	12,70	9,70	9,00	14,10	11,70	6,90	8,40	5,10	6,80	7,80	15,50	7,00	4,20
Tailândia	2,80	4,50	4,70	2,20	5,50	-0,80	3,30	3,80	3,00	2,20	1,90	-0,90	0,20	0,70
Uruguai	9,20	4,70	6,40	8,10	7,90	7,10	6,70	8,10	8,10	8,60	8,90	8,70	9,60	6,20
Venezuela	21,70	16,00	13,70	18,70	31,40	26,00	28,20	26,10	21,10	43,50	57,30	111,80	254,40	1087,50

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.



# Equipe Técnica



**Carlos Ilton Cleto**

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



**Gilmar Mendes Lourenço**

Economista, mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



**Rafael Polay Alcântara**

Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da FAE.